



VEÍCULO DA REGIÃO DE ITAIPU PARA O BRASIL E PARAGUAI

RUA EDMUNDO DE BARROS, S/N — FONE: 72-1181 — FOZ DO IGUAÇU

ANO I

FOZ DO IGUAÇU, 18 DE SETEMBRO DE 1974

Responsável: W. DE DEUS PEREIRA

N 1

EXPROPRIADOS PEDEM SINDICÂNCIA FEDERAL

A desapropriação dos imóveis situados dentro dos limites do Parque Nacional do Iguaçu, foi baseada no Decreto n.º 69.412, de 22 de fevereiro de 1971, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro do mesmo ano, cujo decreto declarou de "interesse social para fins de reforma agrária", os imóveis inscritos em nome de particulares, no Registro

de Imóveis, "situados dentro dos limites" do Parque Nacional do Iguaçu, criado pelo Decreto-lei n.º 1.035, de 10 de janeiro de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 6.587, de 14 de junho de 1944. Os imóveis citados, pertenceram a antiga Gleba n.º 84, (Gleba Silva Jardim), de aproximadamente 12 mil e 500 hectares, "(Omissis)".

A desapropriação está efetivada. Porém o que não efetivou-se, pelo menos de maneira mais humana, racional, foi o pagamento justo, real, desses imóveis, aos seus donos, agora denominados expropriados. Não se quer contestar a ação do governo em desapropriar a área da antiga Gleba Silva Jardim. Nem mesmo criticar ou fazer restrições, já que a confiança no Governo da Revolução é irrestrita. Se atitude desta natureza foi tomada pelo Presidente da República, motivos existem, indubitavelmente. Todavia a dúvida é a de que o órgão (Autarquia) encarregado das negociações diretas com os expropriados, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) talvez tenha interpretado o parágrafo 3.º do artigo 161 da Constituição Federal de maneira pela qual, qualifi-

ca os colonos, de latifundiários, depositando, para pagamento desse imóveis, títulos da Dívida Agrária. E esses colonos são pessoas que nunca souberam o que é ter mais que um pedaço de terra para trabalhar, fazer suas lavouras. Não exis-

te, ao que consta, alguém dentro de São José do Iguaçu, ou Santo Alberto, com mais de 20 alqueires de terra. Aliás, a média, naquela região, é de uma colônia para cada um, isto é, 10 alqueires paulistas. E como pode ser latifundiário,

alguém com 10 alqueires de terras?

Jornal Binacional realizou pesquisa na área desapropriada, colheu vários depoimentos dos expropriados e documentou fotograficamente o modo como vive aquela gente.



**GEISEL VEM
AO PARANÁ
PARA LANÇAR
CAMPAÑA**

**DOCUMENTO
DA PRODUÇÃO**

(Última Página)



CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA SEM COMPROMETER O PROCESSO ELETIVO É META DE EMÍLIO

Reafirmando a manifestação anterior — ofício circular n.º 222/74 relativa ao integral cumprimento das disposições da Lei Federal n.º 6.091, de 15 de agosto do ano em curso, o governador Emílio Gomes está distribuindo a todos os secretários de Estado circular em que recomenda um rigoroso exame prévio ao uso das exceções contempladas pelo artigo 13 e parágrafos da mencionada norma jurídica.

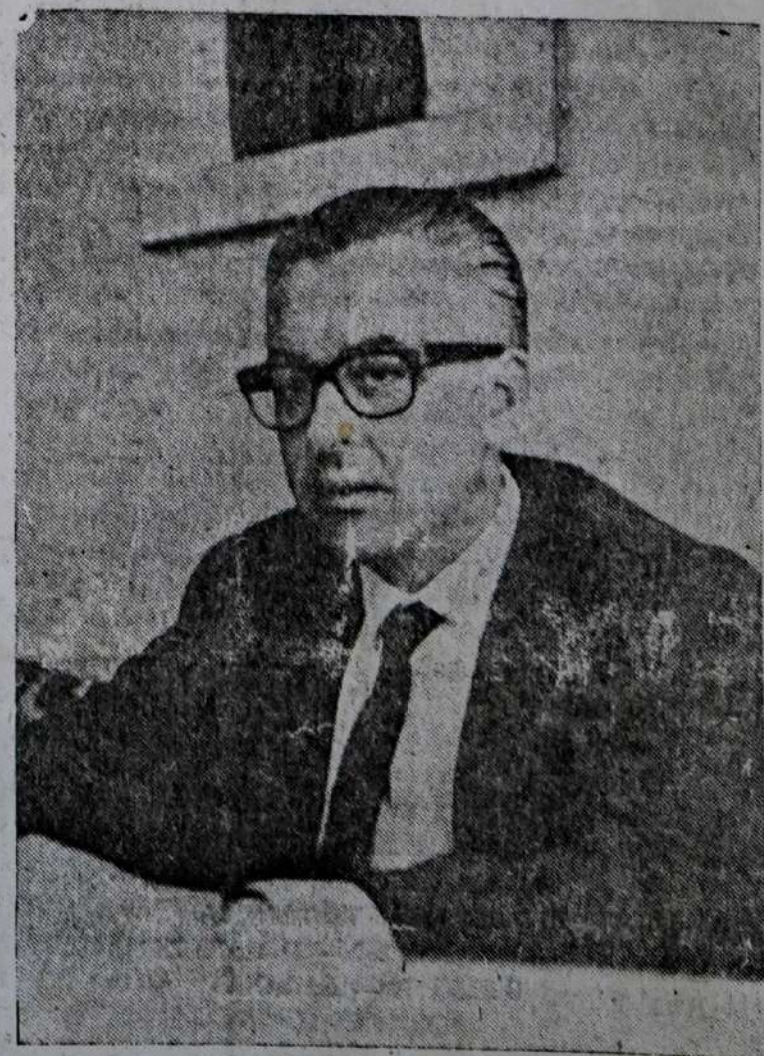
LIMITAÇÃO

O chefe do Executivo ressalta, através da circular, tópico do primeiro pronunciamento dirigido especificamente aos políticos pelo presidente da República, general Ernesto Geisel, em que enfatizou deve ser limitada neste período eleitoral, "a ação dos governos estaduais e municipais ao estritamente necessário à continuidade administrativa, a fim de que não haja excessos propiciadores de abuso do poder, suscetível de fraudar a vontade das urnas".

Baseado nesse pronunciamento que assegura a continuidade administrativa sem comprometer o processo eletivo, o governador ressalta aos secretários a necessidade de evitar também modificações nas funções de chefia, assessoramento e direção.

Para os casos julgados indispensáveis, a orientação governamental é para que seja solicitada au-

torização prévia, em exposição de motivos amplamente fundamentada.



CANET INICIA EXAME DE PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS

ÚLTIMA PÁGINA

GOVERNO QUER SUPER PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PAG. 9

EXPERIÊNCIA DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO IGUAL AO PR

MAURÍCIO NESTOR SHOSSLER (Depoimento)

Maurício Nestor Shossler, jovem de 25 anos de idade, integra as quase 500 famílias proprietárias de poucas colônias de terra na Gleba Silva Jardim, e que estão sendo desapropriadas pelo INCRA, para fins de Reforma Agrária. Maurício conta como entrou naquela área e o que vem lhe acontecendo desde então: "Tendo eu uma colônia de terras em Sede Sulina, no Rio Grande do Sul, doada pelo meu pai, e em cuja colônia existia sérios problemas com posseiros, resolvi vendê-la e visitar meus irmãos que moravam aqui no Paraná, na Gleba Silva Jardim. Aqui chegando, com o dinheiro da venda de minhas terras no Rio Grande, informei meus irmãos que pretendia adquirir uma pequena área perto deles, pois a fama de que terras desta região eram das melhores do Paraná, todos conheciam lá no Sul. Após alguns dias de procura, encontramos esta aqui e comprei. Pouco tempo depois, surgiu um vendedor de máquinas e eu comprei dele um motor, um quebrador de milho e outras pequenas coisas, financiados pelo Banco do Brasil. Isto se deu em 1970. Eu tinha pago uma única prestação, quando surgiu o boato de desapropriação, ao qual ninguém deu muito crédito. Dias depois, quando eu já me preparava para derrubar mais um pouco de mato, num domingo, após o culto da igreja, o Wagner reuniu todos e disse: 'Olhem, o IBDF proibiu a derrubada de mato. Não pode mais

derrubar mato", e eu que já tinha contratado um pessoal para fazê-lo, fiquei naquele instante meio indeciso, até que resolvi falar com a pessoa a quem havia contratado e expliquei-lhe que o IBDF havia proibido a derrubada do mato devido a que esta área iria ser integrada ao "Parque". Para mim não pesou tanto porque tenho roça suficiente. Por outro lado eu poderia ter comprado, com o dinheiro da madeira ou mesmo se tivesse uma roça maior aberta, ao invés de ter comprado este Fusca poderia ter comprado implementos agrícolas como o pessoal fora desta área está fazendo, e destacado, isto é, ter mecanizado minha lavoura, (...) no decorrer de seu depoimento, Maurício acrescenta que está de pleno acordo em entregar ao INCRA sua propriedade, desde que receba por ela, o justo, o razoável. "Ser parceiro de INCRA não me interessa, mesmo porque sei me administrar e, desde que receba financiamentos bancários terei condição de desenvolver qualquer espécie de lavoura. Só não entendo o por que disso aqui ser integrado ao Parque Nacional através do INCRA. Com o INCRA não tencio no ter negócios no sentido de ser seu parceiro porque no Rio Grande do Sul aconteceu que uma pessoa recebeu do INCRA uma parcela e durante oito anos esse cidadão procurou mecanizar a área. Depois que estava tudo mecanizado, o INCRA veio e cortou

uma parte e a deu para outro. Dá eu não quero parcela do INCRA, pois como esse cidadão, que não tinha escritura, ou qualquer documento que comprovasse ser sua a terra, a gente tem que ficar quietinho e nada dizer em caso de nos acontecer o mesmo em qualquer outro projeto. Agora, o que eu gostaria de saber realmente é a razão desta desapropriação; estamos todos produzindo, e pro-

duzindo da maneira das mais satisfatórias e no entanto estamos sendo desapropriados, sendo que alguns até presos já foram por ter desobedecido a ordem de derrubar o mato em suas próprias terras. A Justiça Federal, órgão sério e digno de todo o respeito, poderia fazer uma sindicância nesta área, para se saber se o que acontece aqui, seja realmente legal (...).

Considerado um novo Rondon e verdadeiro semeador de cidades, o colonizador Enio Pipino recebeu o Ministro Maurício Rangel Reis, do Interior, para inaugurar sábado último a Cidade Sinop, a 500 quilômetros de Cuiabá, em plena Amazônia matogrossense.

Mais de 3.000 pessoas prestigiaram a solenidade, entre inúmeras autoridades, destacando-se os desembargadores Edmundo Mercer Júnior, Henrique Nogueira Dorfmond, Zefirino Krukowski, do Tribunal de Justiça do Paraná; Conselheiro Nacim Bacilla Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Presidentes e representantes de Associações de Prefeitos, entidades de classe de vários Estados, numa cerimônia tocante, pelo alto sentido de humanização que a organização empresta aos seus projetos.

PARANÁ
O Ministro Rangel Reis manifestou na ocasião, após os atos que marcaram a inauguração da Cidade Sinop, o apoio oficial à iniciativa privada no desbravamento dos sertões da

Amazônia, como é o intento, já em execução há dois anos, do sertanista Enio Pipino, com a experiência de 25 anos de trabalho no Paraná.

Construída ao longo da BR-163, Rodovia Cuiabá-Santarém a cidade Sinop integra o plano de colonização da Gleba Celeste, com 150 mil alqueires, já contando com quase mil moradores ali instalados, dispondo de completos serviços de infraestrutura urbana, como hotel, correio, hospital, escolas.

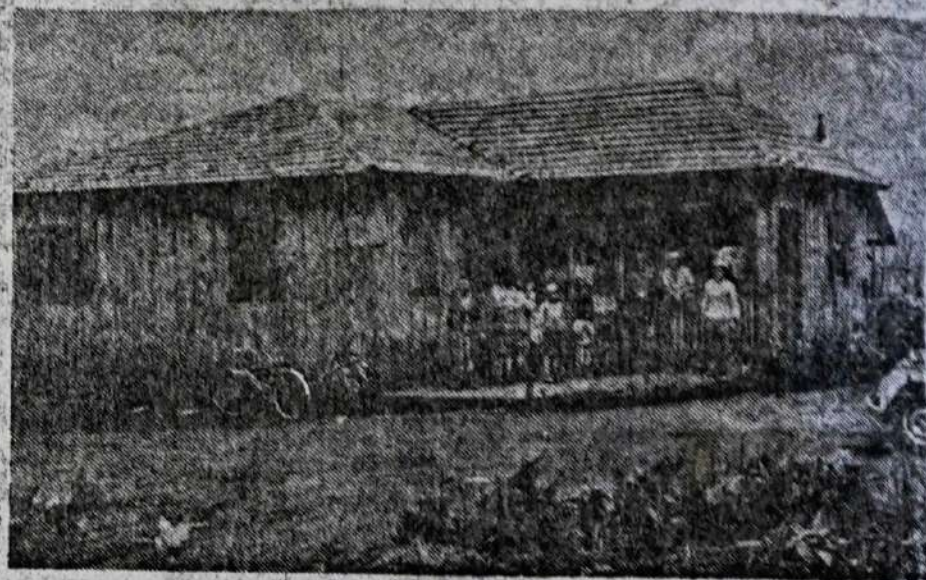
Na oportunidade, a para a pujante economia agrícola da região, destacada e mostrada aos visitantes, foi frisada a obra social que a Sinop está levando à Amazônia, num plano que inclui construção de cidades e enriquecimento daquela região do País.

Presenciaram o acontecimento mais de 40 jornalistas, representando todas as redes de comunicação nacionais, incluindo agências internacionais, que se confessaram maravilhados com o exemplo de brasilidade que vem dando a Sinop ao povo brasileiro.

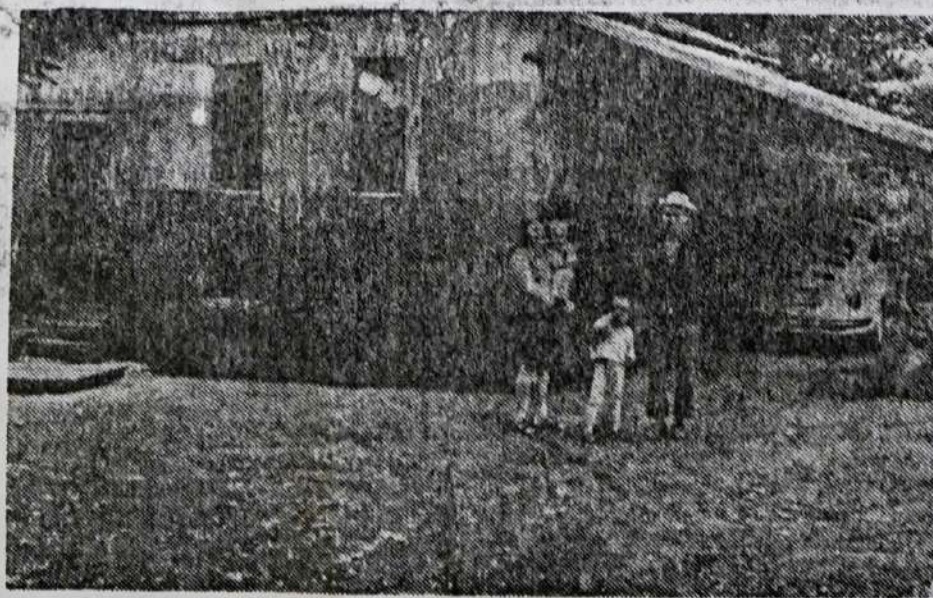
324 MIL PARA QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES NO PARANÁ

O Ministério do Trabalho vai colocar Cr\$ 324 mil à disposição da Secretaria do Trabalho e Assistência Social para treinamento específico na área de construção civil de 2 mil trabalhadores, em todo o Estado. Convênio nesse sentido já está sendo elaborado pela Delegacia Regional do Trabalho e Departamento do Trabalho da STAS, devendo ser assinado pelo ministro Arnaldo Prieto durante a visita que fará a Curitiba no dia 19.

Segundo o diretor do DT, Fernando Rodrigues dos Santos, o convênio, que será executado pela Secretaria do Trabalho, dentro do Programa de Preparação de Mão-de-Obra, contará também com a colaboração do PIPMO e outros órgãos do Estado. Para tal, o Departamento do Trabalho está estruturando as bases com vistas ao desencadeamento do programa, para que os 2 mil trabalhadores possam ser qualificados ainda no decorrer deste ano.



A família é numerosa. E o futuro é uma incógnita, com a desapropriação.



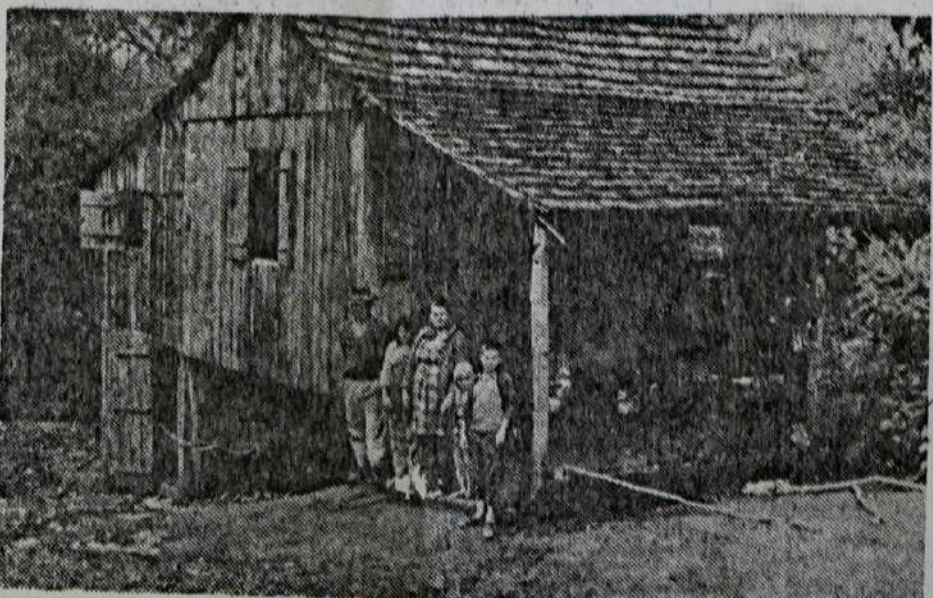
Os colonos estão proibidos de mecanizar suas lavouras; compram carro.



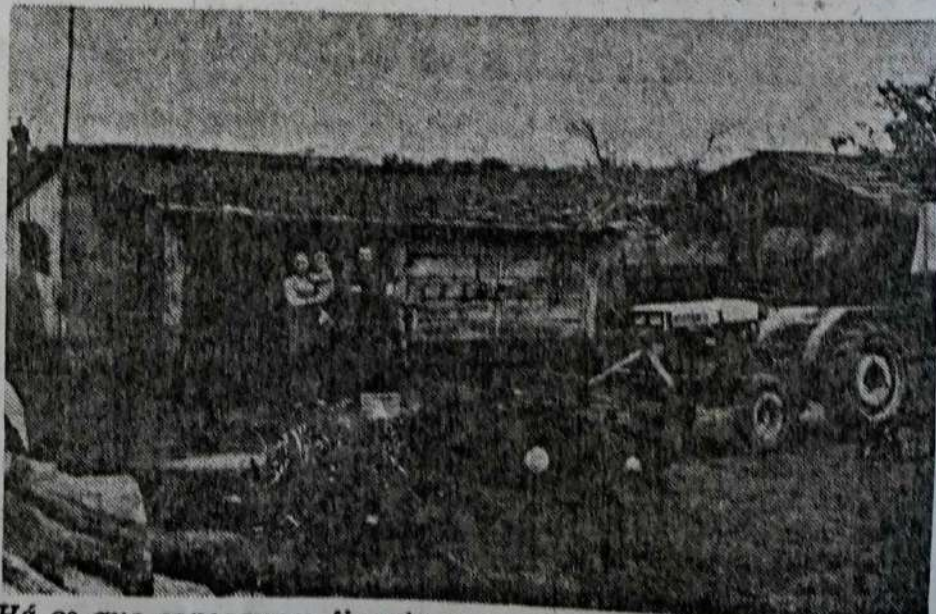
Considerados latifundiários, esses colonos vão receber suas terras, através da dívida pública.



Este "homem de amanhã", não pode herdar as frustrações do pai. O governo precisa encontrar uma fórmula justa para a resolução definitiva do problema de ordem social que foi criado com a desapropriação dos colonos da Gleba Silva Jardim.



Compram estas terras quando ainda moravam no Rio Grande do Sul. Só fixaram residência após a escritura definitiva, para não serem incomodados mais tarde. Não resolveu nada.



Há os que conseguem financiamento particular, diretamente das próprias empresas de imple-

EXPEDIENTE

JORNAL BINACIONAL

Responsável: W. DE DEUS PEREIRA

Editora Itaipu Ltda. — CGC Nº 75.351.171/001
Rua Edmundo de Barros, s/n — Fone: 72-1161
FOZ DO IGUAÇU

Composto e impresso na
EDITORIA LITERO-TÉCNICA
Rua Alferes Poli, 299 — Fone: 22-6592
CURITIBA — PARANÁ

ITACORÁ: 10 ANOS DE FUNDAÇÃO

Itacorá, no dia 4 de setembro completou seu décimo aniversário. Entretanto a festa comemorativa ficou transferida para o próximo ano, quando então a "menigite" terá sido combatida no país. Dentre os distritos existentes no Estado do Paraná, Itacorá é um dos mais populosos e dos que melhor administração possui. A sua vanguarda acha-se Mário Isquierdo, homem tão jovem quanto dinâmico, possuidor de larga experiência administrativa que vem im-

primindo um desenvolvimento singular àquela cidade, tida como a "Princesa do Vale do Rio Paraná". Mário já é o seu terceiro sub-prefeito e, em seu curto tempo de gestão (assumiu em março) abriu nada menos que 40 mil metros de ruas e avenidas. E a cidade vem tomando aspecto urbano com uma rapidez impressionante. Com aproximadamente 6 mil habitantes, Itacorá já aparece na região como uma cidade adulta. Entretanto Mário,

acha-se agora empenhado em arborizar a cidade, colocar as nomenclaturas das ruas e numerar as casas.

Fundada no ano de 1964, Itacorá teve seu início baseado no afluxo de imigrantes do sul do país que demandavam a região em busca de suas terras cultiváveis, famosas pela fertilidade. Atualmente aquele distrito está polarizado por mais de 20 mil pequenos proprietários de granjas, todas mecanizadas, perfazendo em um total, a sua população, de mais de 30 mil habitantes. "Estamos levando muito a sério a classificação eleitoral em nossa região — diz Mário Isquierdo — e até acreditamos, sem nenhuma pretensão que o "eleitor nº 3 milhões" achasse aqui em Itacorá". Distante de Foz do Iguaçu 60 quilômetros, e de Guaíra, aproximadamente 160, Itacorá está localizada na Rodovia Guaíra/Foz, a chamada "Caminho das Quedas", já que liga as Cataratas do Iguaçu às 7 Quedas em Guaíra.

ENSINO

Sendo o ginásio de Itacorá uma extensão de outro ginásio, a preocupação de Mário Isquierdo sempre foi instalar na cidade um ginásio próprio, estadual. Após longo tempo de luta e espera, finalmente o desejado colégio acha-se em fase de construção, devidamente criado. O que está em funcionamento, pode-se dizer, funcionando a título precário, não possui corpo docente e seus professores não são formados. Correm boatos de que certos alunos sabem mais do que certos professores. E providência nenhuma pode ser tomada, uma vez que esse colégio é de iniciativa privada e além

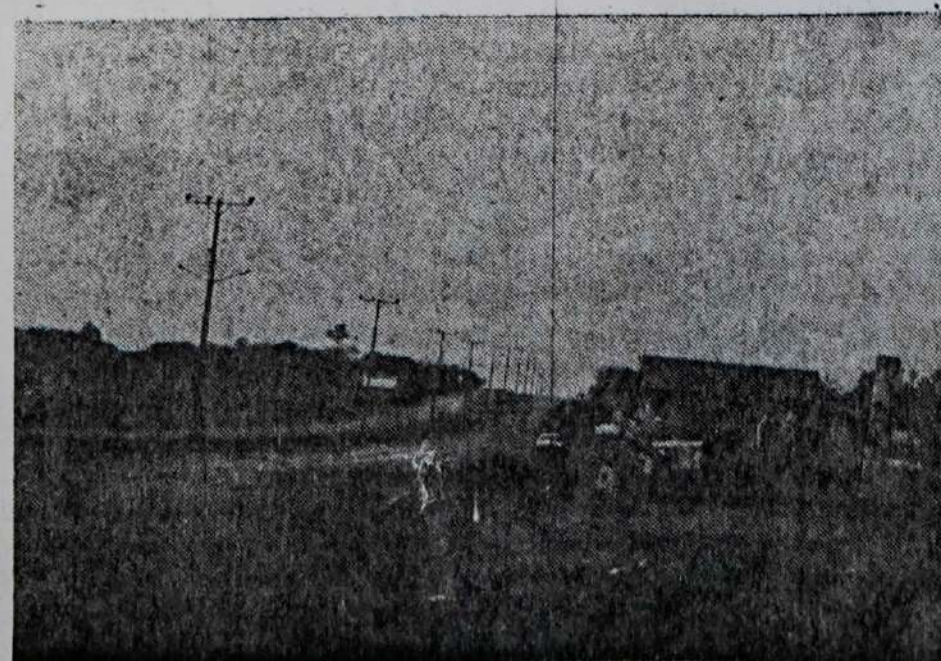
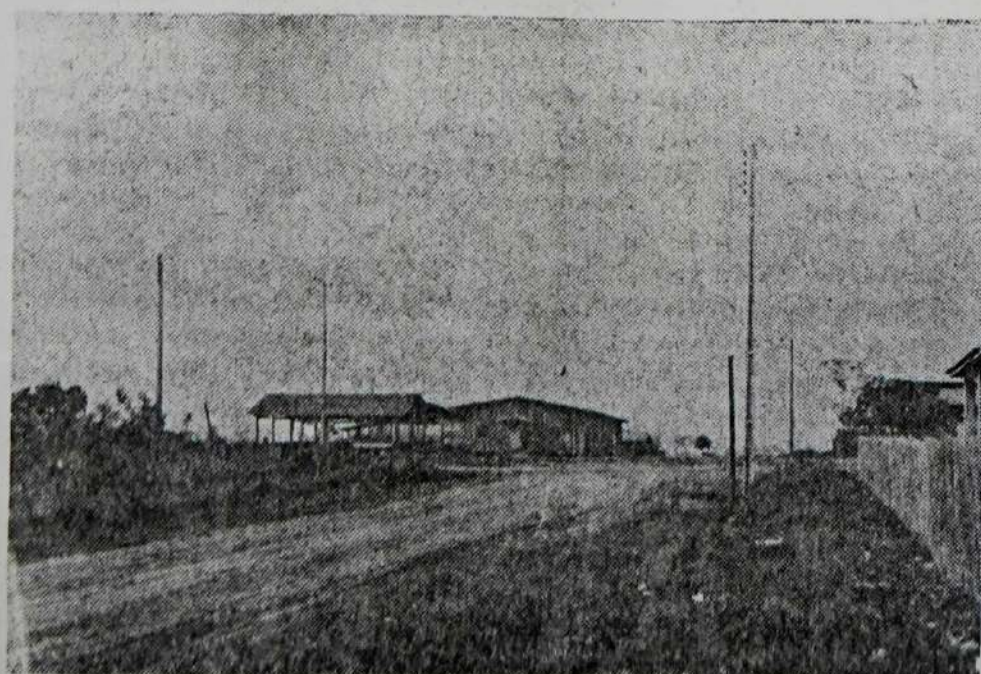
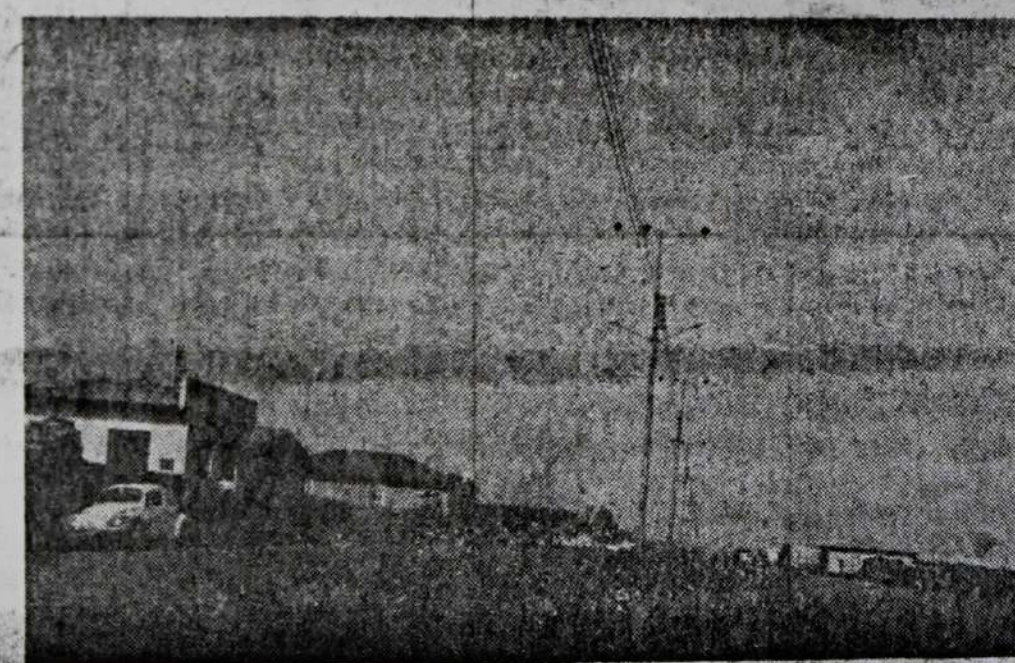
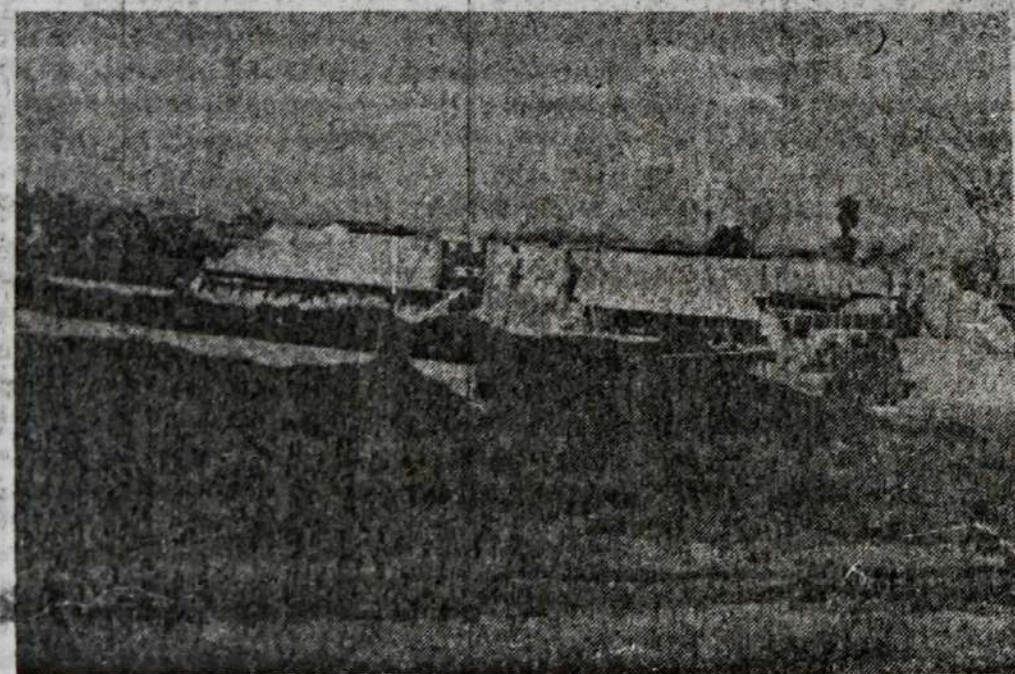
disso, mesmo assim, os jovens itacorarenses estão agradecidos, pois, sem isso estariam com seus estudos totalmente paralisados.

As estradas que ligam as granjas à cidade, foram dinamizadas por Mário Isquierdo, através de construção de pontes, alargamento e encascalhamento em certos trechos. Das inúmeras lombadas, feitas por auto-determinação de mui-

tos comerciantes de margem de estradas foram tiradas, estando hoje essas estradas perfeitamente praticáveis.

ENERGIA ELÉTRICA

A Copel precisa tomar medidas urgentes, no sentido de solucionar as anomalias existentes na rede energética de Itacorá. Por 20 vezes (vinte!) a rede incendiou-se. Afinal a Copel tem técnico?



- EMÍLIO LEICHTWEIS (DEPOIMENTO) -

Talão N.º

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

FOZ DO IGUAÇU — EST. DO PARANÁ

Antonio Ayres de Aguiar

OFICIAL

Therozinha Giovenardi

ESCREVENTE JURAMENTADA

Registro de Imóveis

CERTIFICO, que o fl. 239.º do Livro N.º 3-M.º, foi lavrado hoje, sob o N.º 14.296.º, a transcrição do imóvel seguinte:—

Consta uma fração de terras rurais, sem benfeitorias, com 10,0 hectares, ou sejam 100.000m² (cem mil metros quadrados), parte de área maior, situada na Gleba Silva Jardim, no município de São Miguel do Iguaçu, nesta Comarca, denominada parte do lote rural nº62 (sessenta e dois), com as seguintes divisões e confrontações:— ao Norte, com outra parte do mesmo lote nº62; ao Sul, com o lote nº61; ao Leste, com o lote nº63, e ao Oeste, com o lote nº68 (sessenta e oito).—

FIGURANDO COMO ADQUIRENTE:— EMÍLIO LEICHTWEIS, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em São Miguel do Iguaçu, nesta Comarca.

FIGURANDO COMO TRANSMITENTES:— Dr. GASPAR COITINHO, advogado, e sua mulher dona Inocência Moyses Coitinho, de lides do lar, brasileiros, casados, residentes e domiciliados em Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.

TÍTULO:— Escritura pública de compra e venda, lavrada em data de 8 de agosto de 1967, nas notas do Escrivão Distrital de São Miguel do Iguaçu, nesta Comarca, Sr. Linírio Martins da Silva.

VALOR:— R\$1.000,00 (hum mil cruzeiros novos).

CONDIÇÕES:— Constantes da Escritura.—

AVERBAÇÕES:— O imóvel acha-se cadastrado no IBRA sob nº520909650492.—

O referido é verdade e dou fé.

for do livro 3 de NOVEMBRO de 1967

Gaucho de origem alemã, Emílio Leichtweis, expedicionário, é também proprietário de terras na antiga Gleba Silva Jardim. Vindo do Rio Grande do Sul há 9 anos, Emílio foi um dos primeiros a adquirir essas terras de Gaspar Coutinho, que o procurou no ano de 1961, lá no Rio Grande do Sul, no Município de Santa Rosa, hoje Candido Godoy. Conta Emílio que tendo comprado as terras em 1961, procurou legalizá-las no ano seguinte, isto é, em 1962. Três anos depois, resolveu vir para o Paraná, colonizar as terras já que estavam devidamente legalizadas e comprovadamente legitimadas. Aqui chegando, deparou com uma área de mata virgem e, só depois de ter reunido coragem especial foi que se dispôs a colonizar a terra agreste. Em seguida procurou o Banco do Brasil, onde se candidatou a empréstimos rurais e tudo indicava a Emílio que tinha encontrado a "terra da promessa". Entretanto, cinco anos depois este cidadão via-se ameaçado do despejo de suas próprias terras, aquelas mesmas terras que lhe custaram todas as suas economias e suores derramados nas longínquas plagas acidentadas e empedradas do Rio G. do Sul. Porém, Emílio, que tendo servido 4 anos na Força Expedicionária, durante a Segunda Guerra

Mundial, sem nenhuma advertência, não acreditou que tal coisa pudesse acontecer, ao menos sem um prévio entendimento entre ele e as autoridades que orientavam a desapropriação. Tal entendimento não houve e as pessoas que o procuraram representavam o INCRA e já estavam procedendo a avaliação e levantamento de toda a área para a efetivação da desapropriação. Em meados de junho de 1971, vieram ao local algumas autoridades de Foz do Iguaçu e São Miguel e realizaram reunião com os colonos. A explicação fornecida por essas autoridades foi a de que todos estavam ocupando uma área destinada ao Parque Nacional do Iguaçu e, devido esses colonos estarem caçando do lado da Argentina, aquele país solicitava ao governo brasileiro que obedecesse o "Tratado Internacional", incluindo no menor espaço de tempo, a área da antiga Gleba Silva Jardim, à área do Parque Nacional do Iguaçu. Por se tratar de assunto tão importante para a segurança do País, nenhum colono se opôs, mesmo porque iam ser indenizados por qualquer perda e, receberiam terras de igual valor, nas mesmas condições de colonização.

A VERDADE

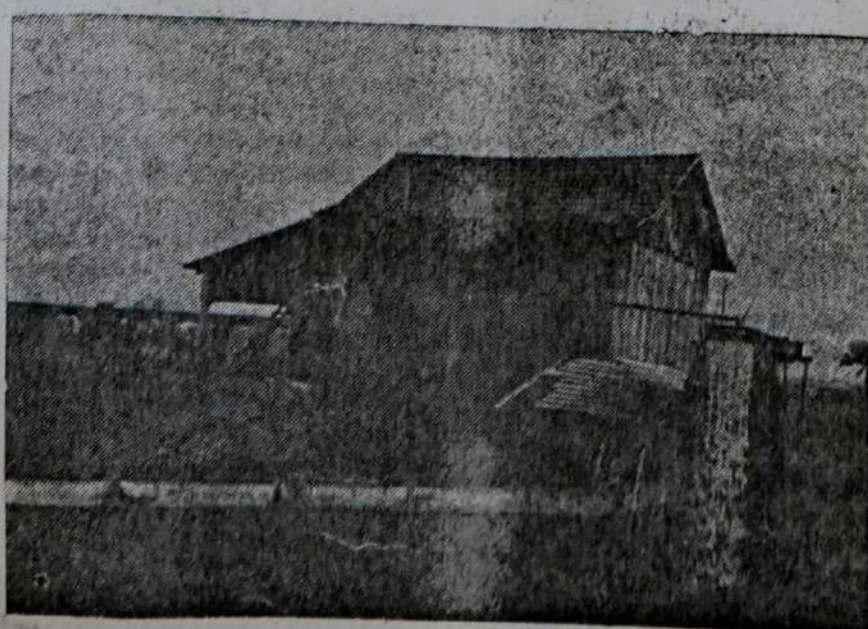
De acordo com o Processo de Desapropriação que se desenvolve na

Justiça Federal em Curitiba, a desapropriação está sendo efetivada para fins de REFORMA AGRÁRIA, PORQUE A ÁREA FOI DECLARADA DE INTERESSE SOCIAL e não para a Segurança Nacional. E isso, de acordo com o Artigo 161 da Constituição Federal (em cujo artigo o INCRA baseou a desapropriação) que diz em seu § 3.º que "a indenização em títulos da dívida pública somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, exceções as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro", é muito pouco humano considerar esses pobres colonos como sendo latifundiários, pois, a maioria deles com famílias numerosas, não possuem áreas acima de 20 alqueires de terras, e além disso estão procedendo uma colonização das mais racionais, principalmente porque sempre foram colonos e têm quase uma existência de experiência no estor agrícola. Se lhes falta alguma coisa ou deixam de colonizar mais racionalmente, é justamente porque nunca tiveram uma orientação capaz de colocá-los à altura de um aproveitamento maior de suas terras. Mas isso não dificulta a desapropriação.

Auto Mecânica Itacorá Ltda.

No momento em que Itacorá comemora seus 10 anos de fundação, o Brasil festeja a semana de sua independência política. Nesta oportunidade, Auto Mecânica Itacorá Ltda., cumprimenta as autoridades itacoraenses e une suas preces às de todos os brasileiros, para que a nossa independência dure uma eternidade.

DANILO DELGOSTINHO, proprietário do moinho que nasceu com Itacorá, cumprimenta as autoridades federais que souberam manter a imagem fiel de nossa independência através dos 152 anos passados, estendendo seus cumprimentos às autoridades itacoraenses pelos 10 anos de fundação que aquele distrito comemora, no auge de seu desenvolvimento.



DEPOIMENTO DE JOSÉ SEIBERT

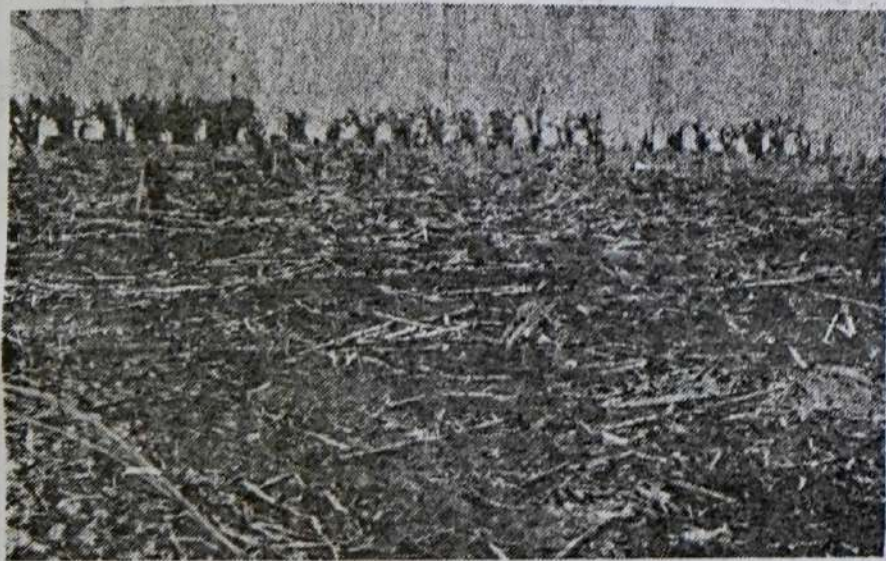
José Seibert, alemão de origem, como quase todos os que possuem terras na Gleba Silva Jardim, é gaúcho, natural do Município de Satna Rosa. José diz que um ano antes de vir para o Paraná, foi procurado por uma empresa de vendas de terras, a qual lhe propôs a venda de uma área, dentro da Gleba Silva Jardim, cuja gleba está localizada dentro dos limites do Parque Nacional do Iguaçu. Sabendo dos vários problemas surgidos com terras no Paraná, José preferiu comprar, legalizar a terra adquirida para então mudar-se para seus domínios. "Era tudo mato, com apenas um alqueire cultivado — diz José — quando aqui cheguei no ano de 1966". Suas primeiras iniciativas foram a derrubada da mata e o preparo de 22 hectares, aproximadamente 10 alqueires paulistas, já que sua família é composta de 8 pessoas. Sendo sua área de 27 hectares, José achou que cultivando 22 hectares no momento, estaria com uma lavoura razoável e devidamente diversificada. Atualmente sua granja é uma das mais bem instaladas e com uma produção de milho, soja e mandioca elogiável. José também dedica-se

à suinocultura e pecuária. Perguntado sobre a qualidade da terra, disse o cidadão ser uma das melhores do Estado com o que concorda todos da região. "Meu pai sempre dizia que antes de comprar qualquer imóvel, era preciso verificar sua origem no cartório de registros e eu, seguindo seus conselhos, antes de comprar estas aqui, fui ao Cartório de Registros de Imóveis em Foz do Iguaçu, onde constatei que o que me ofereciam era devidamente legal e por isso encontro-me aqui nesta área com escritura definitiva devidamente registrada. Porém, dois anos depois, veio um vizinho dizer que o então IBRA estava fazendo um levantamento na área, dizendo que todos nós estávamos morando dentro de uma terra que pertencia ao Parque Nacional do Iguaçu". Conta José que dias depois recebeu pessoalmente a visita do pessoal do IBRA que estava fazendo levantamento de todos que moravam na área antes pertencida à Gleba Silva Jardim, com essa alegação. Mostraram até fotos aéreas à José, de sua lavoura e dele próprio trabalhando. Então lhes disseram: Isto aqui é Parque Nacional. E José perguntou:

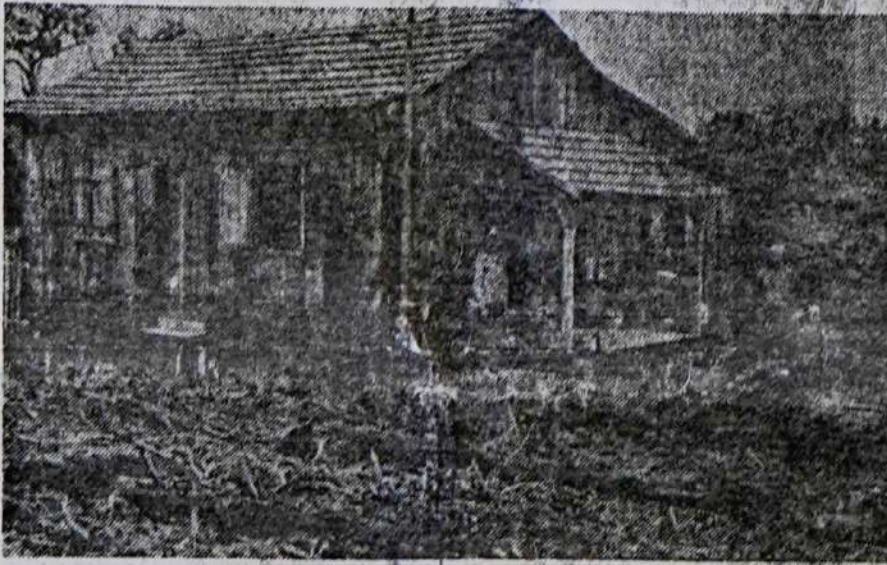
"Como é, ou pode ser Parque Nacional se eu tenho escritura definitiva desta terra? E além disso ainda possui financiamento do Banco do Brasil efetuado para estas terras aqui. Eles pediram-me que lhes mostrassem a escritura. Após verem os documentos, disseram: 'Isto aí não tem valor; esta terra pertence ao Parque Nacional e existem muitos registros falsos por aí...' José então disse que não acreditava, razão pela qual sua escritura, segundo ele, é mais antiga do que o próprio Parque Nacional. Todavia, fala o cidadão em apreço que as visitas se fizeram frequentes até que em 1971, "o Coronel Bello em reunião com vários colonos, proibiu terminantemente que derrubassem mato de qualquer espécie dentro de suas terras. E eu não derrubei mais mato apesar de minha necessidade". José conta ainda que o Cel Bello, fez promessas nestas palavras: "Vocês vão se mudar daqui, lá para o Ocoi (Projeto Integrado de Colonização) onde vocês terão as mesmas terras que têm aqui; caso as terras de lá sejam mais fracas do que estas daqui, vocês receberão como compensação, mais terras, as quais serão

em troca das daqui. E como as roças estão formadas e a terra aberta, o INCRA dará para vocês, as terras do Ocoi nas mesmas condições destas e além disso todos terão até condução, (meios de transportes) para se locomoverem de casa para as terras". Eu ouvi isso do Cel Bello e no entanto agora a coisa é bem diferente. Vamos pagar as terras de lá que são muito mais fracas do que as daqui e estas nós vamos receber através de "títulos especiais da dívida pública" sendo que a Constituição da República diz em seu artigo 161, § 3.º que "A indenização em títulos somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, e cotizados as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas sem dinheiro". Nos, jamais, em tempo algum, fomos latifundiários, pois segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, latifúndio, s.m. (agro), refere-se à "Propriedade rural de grande extensão, muito vastam", o que não condiz para quem tem menos que 15 alqueires de terra". Lembra José que até hoje nenhuma condução veio apanhá-lo para, pelo menos, conhecer as terras

do Ocoi e, se foi até essas terras, foi por outros meios. A sugestão deste cidadão é a de que a Justiça Federal faça uma sindicância dentro da área em que mora e que vai ser desapropriada, num total de 12.500 hectares, oportunidade em que "a justiça constatará os abusos, inverdades e prevalecimento do INCRA em querer apossar-se de uma área legalmente vendida a colonos, possuindo cada um, na maioria, menos de 15 alqueires de terra, e os que têm mais não passa de 20 alqueires. Constarão ainda que estas terras estão sendo colonizadas o mais racionalmente possível, só não estando devidamente mecanizadas, por que todos os bancos cotaram financiamentos, tão logo souberam da desapropriação". O INCRA está usando o argumento de que a área da Gleba Silva Jardim será incluída na área do Parque Nacional e no entanto a desapropriação está sendo feita para fins de reforma agrária, o que quer dizer que saíram estes colonos para que, através de Projetos Integrados de colonização, entre outros, mas obedecendo esquemas do projeto instalado, do INCRA naturalmente.



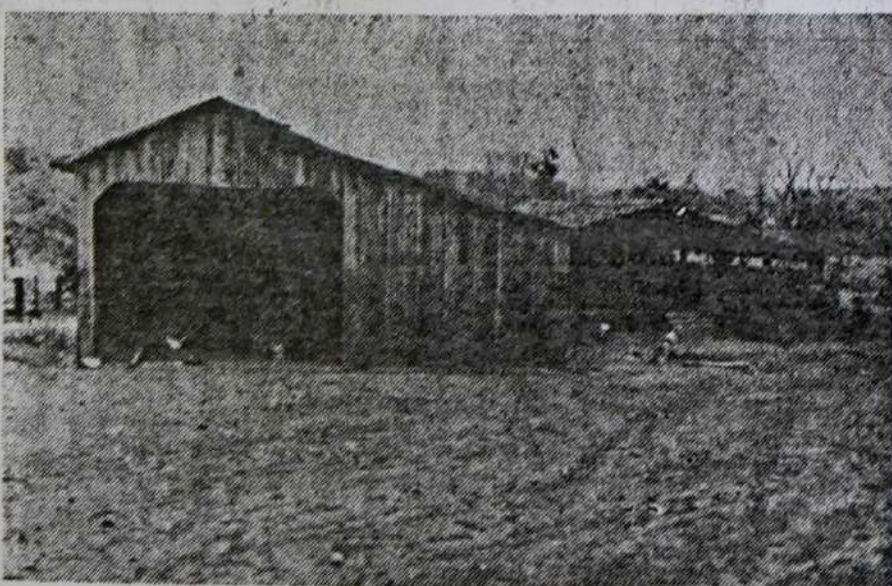
Os primeiros chegaram em 1965...



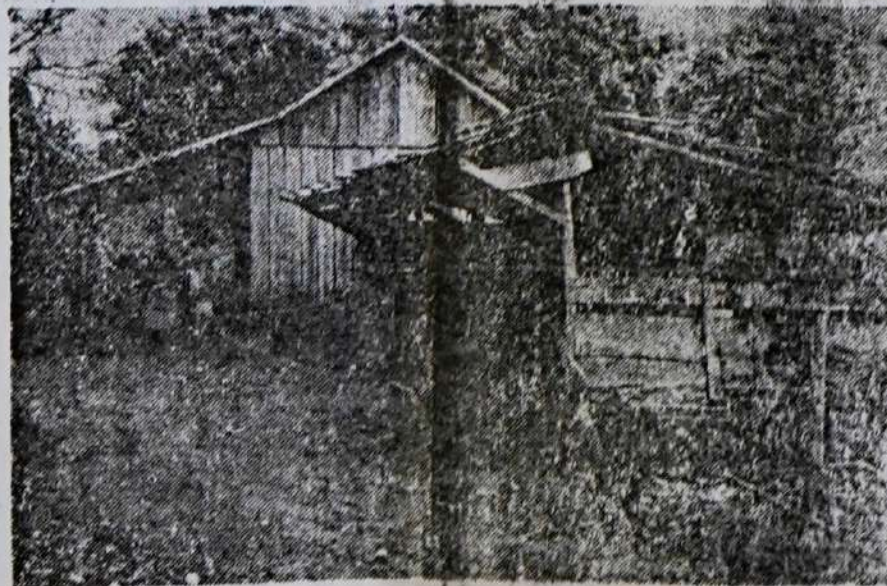
para que após a colonização...



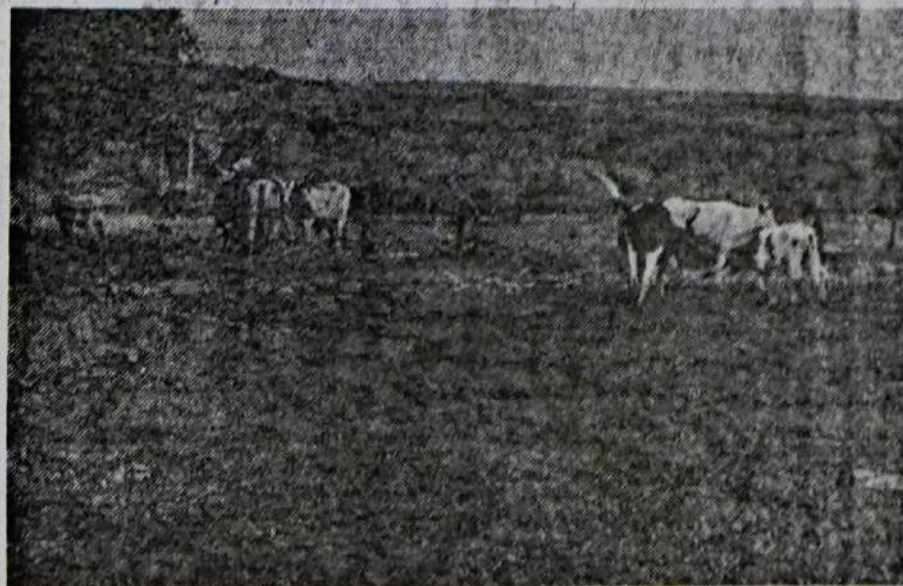
invadindo o Parque Nacional...



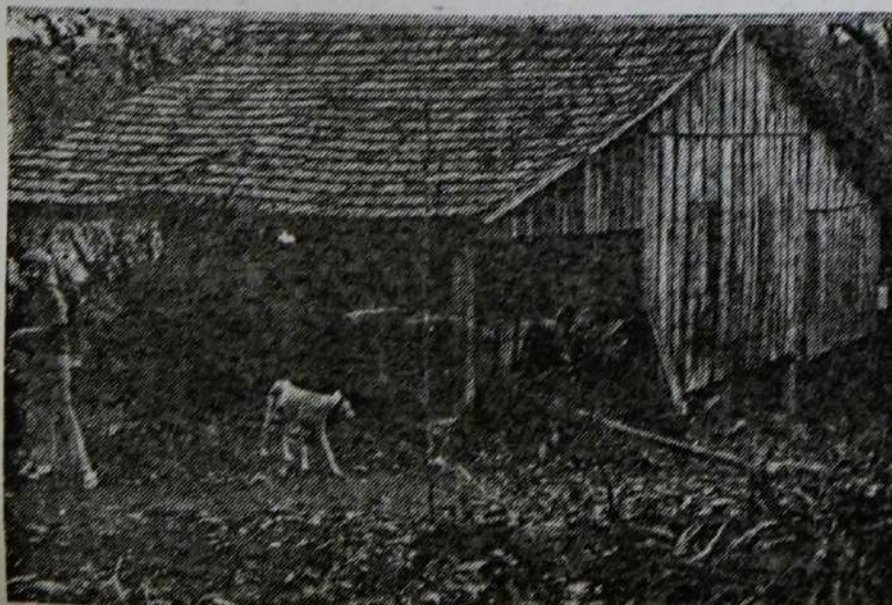
procuram abrir a mata virgem...



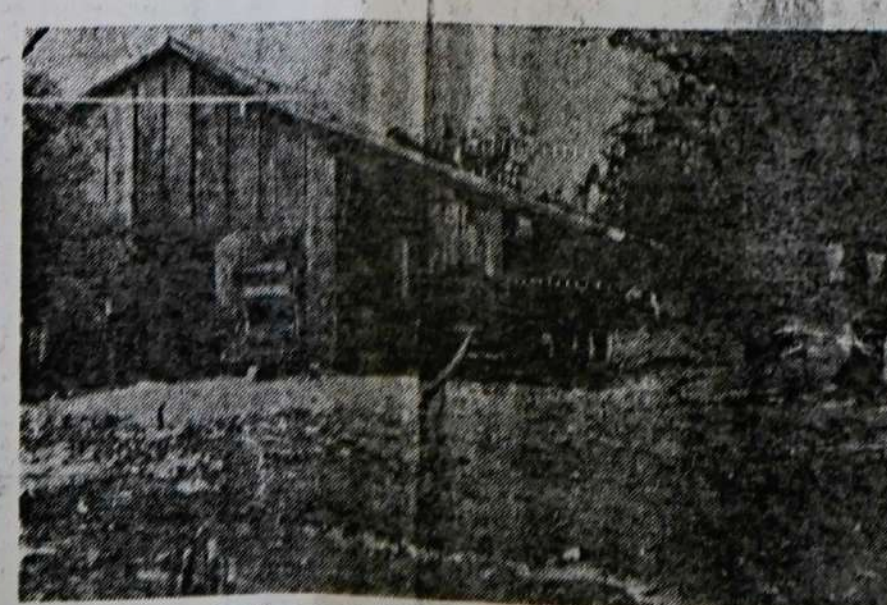
cultivassem suas terras...



rutu suas esperanças.



construíram suas casas provisórias...



Porém a notícia de que tinham...



MENSAGEM DA CNAE PARA A SEMANA DA COMUNIDADE

Faça parte de uma comunidade atuante: educar a criança de hoje para não castigar o adulto de amanhã.

A CNAE, SEC., ACARPA, Prefeitura Municipal, entidades particulares, clubes de serviço, unidades sanitárias, pais e educadores, autoridades Eclesiásticas e Militares, a indústria e o comércio estão promovendo festividades, para comemorar a Semana da Comunidade.

Sendo o escolar, a meta a alcançar no programa a ser cumprido na Semana da Comunidade, é oportuno lembrar a mensagem deixada pelo saudoso Presidente Kennedy, sempre de grande atualidade:

"Podemos afirmar, que se as crianças tiverem que ser vítimas do destino, que jamais sejam da nossa omissão ou negligência".

A Campanha Nacional de Alimentação Escolar conforme o Decreto Federal nº 60.081 de 17.01.67 está credenciada para coordenar em todo Território Nacional as atividades para comemoração da Semana da Comunidade com objetivo, entre outros, promover a integração ESCOLA-COMUNIDADE para uma ação conjunta em favor da alimentação escolar.

Portanto, órgãos integrantes da comunidade já começam a se reunir preparando-se para sugestões e planejamento da SEMANA DA COMUNIDADE-74, que será comemorada de 18 a 23 de setembro com atividades como: palestras para pais e alunos, concursos de redação, missas, publicação de artigos relacionados com a Educação Alimentar e Alimentação Escolar em jornais, conferências, debates, exposições locais, distribuição de panfletos, promoções através do comércio e indústria.

E nós que fazemos parte da Comunidade, não devemos nos omitir e lembrar sempre como um alerta, o pensamento — "é mais fácil construir uma criança que recuperar um homem".

CONSELHO APROVA AS OBRAS DO ACESSO À FÁBRICA ITAÚ

O Conselho Rodoviário Estadual, presidido pelo secretário dos Transportes, aprovou em sua última sessão ordinária, os termos da concorrência pública realizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, para a execução dos serviços de terraplenagem e pavimentação do acesso à Fábrica de Cimento Itaú, no município de Rio Branco do Sul.

Localizado na PR-82, rodovia de 27 quilômetros, o ferido acesso será construído pela firma CESBE S/A, estando cotado em Cr\$ 2.475.273,86, tendo sido aprovado ainda um reajuste da ordem de Cr\$ 495.055,72.

ECONOMIA

Enquadrada dentro da política de transportes do Governo Emílio Gomes, a obra afigura-se como uma providência

relevante na colimação das metas governamentais, preconizadas no plano de incremento econômico, devendo auspiciar aquele complexo fabril a infra-estrutura viária desejada para a expansão do sistema de escoamento da produção, com vistas ao abastecimento dos mercados internos, justamente no momento em que o setor da construção civil se vê às voltas com a escassez de materiais.

A Fábrica de Cimento Itaú é um dos mais importantes complexos industriais da Região Metropolitana de Curitiba, responsável por uma grande parcela dos insumos que compõem a economia local, tendo participação destacada na formulação da conjuntura inerente ao setor da Construção Civil, no Sul do País.

CANAL DA GALHETA PODERÁ SER USADO NO PRÓXIMO ANO

A partir do próximo ano, o escoamento da safra paranaense através do porto de Paranaguá será ainda mais fácil, já que nesta época está previsto o término da drenagem do canal da Galheta, aumentando o calado de acesso ao porto de Paranaguá de 10 para 12 metros e possibilitando a entrada de navios de até 45 mil toneladas. A previsão do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina é feita com base na chegada da draga "Geopotes IX", que irá acelerar o trabalho atualmente feito pela draga "Siete".

O canal da Galheta virá

também substituir o Sueste, que é atualmente usado na navegação de entrada da barra até o cais do porto. Este canal de acesso tem 10 metros e, segundo estudos geofísicos realizados em sua extensão, seria antieconômico aumentar sua profundidade devido à constatação de rochas a poucos metros além do espaço já dragado. Enquanto isso, os estudiosos concluíram também que abrindo o canal da Galheta, o porto de Paranaguá poderá dragá-lo conforme suas necessidades até 30 metros, sem que haja obstáculos como o verificado no Sueste.

MELHOR NAVEGAÇÃO

Todos os navios que deman-

dam a Paranaguá tem que ancorar na bóia de espera, a 20 milhas do cais, no aguardo dos práticos, técnicos que conhecem a fundo o canal de acesso até o porto. O navio é então conduzido pelo canal, previamente sinalizado, e com a abertura da Galheta a navegação será mais facilitada.

A draga holandesa "Geopotes IX" chegou à Paranaguá na semana passada e está trabalhando no canal da Galheta onde a outra draga, "Siete", também vem trabalhando completando o serviço que já fora iniciado pelas dragas "Minas Gerais", e "Rio de Janeiro". Quando foram feitos os estu-

dos geofísicos naquela área, o canal era usado apenas pelas embarcações pequenas possuindo então seis metros de profundidade.

SEGUNDA FASE

A draga do canal da Galheta foi incluída na primeira fase do programa de obras "Corredores de Exportação". Terminada esta primeira fase, ele se igualou, em profundidade, com o canal de acesso Sueste, e na segunda fase, agora em andamento, passará para 12 metros ultrapassando o outro e dando melhores condições de navegação aos navios de grande porte, gerando fretes mais econômicos.

JOGOS ABERTOS DO PARANÁ FICAM PARA 22 DE NOVEMBRO

O professor Ernesto Knauer, secretário em exercício da Educação e Cultura, assinou resolução transferindo a realização dos XVIII Jogos Abertos do Paraná — que seriam realizados a partir de 21 de setembro — para o período compreendido entre os dias 22 de novembro e 1º de dezembro do corrente ano, na cidade de Rolândia.

Segundo a resolução, a Se-

cretaria da Educação e Cultura atende sugestões da Secretaria da Saúde Pública no sentido de se evitarem aglomerações e alojamentos em ambientes improvisados, durante o corrente mês.

ALTERAÇÃO

A resolução altera, inicialmente, o artigo 3º do Regulamento dos Jogos Abertos do

Paraná, o qual passa a ter a seguinte redação: "Os Jogos Abertos do Paraná serão realizados anualmente no mês de setembro, com prazo mínimo de até o último domingo, salvo motivo de força maior que obrigue a transferência, que será efetuada pelo Secretário da Educação e Cultura, sob proposta do Departamento de Educação Física e Desportos".

Mais adiante, o documento

transfere a realização dos jogos para o período de 22 de novembro a 1º de dezembro. Por fim, a resolução fixa as datas de "22 de setembro para o encerramento das transferências dos atletas e 2 de outubro para encerramento do pedido de registro de atletas para os atuais XVIII Jogos Abertos, prazos esses improrrogáveis, não se admitindo exceções".

APROVADA COMPRA DE NOVOS CAMINHÕES ATRAVÉS DO DER

A compra de 93 caminhões basculantes, já em processo de concretização pelo Departamento de Estradas de Rodagem, teve aprovada sua concorrência pública na última sessão ordinária Estadual, cujos trabalhos foram presididos pelo secretário dos Transportes.

O processo, constante da pauta de resoluções daquele órgão, refere-se a 80 caminhões com caçamba de 3,5

m3 e 13 caminhões de 6m3. O maior volume será fornecido pela fábrica Mercedes-Benz, constituindo-se num lote de veículos LK-1114/36, ao preço unitário de Cr\$ 98.997,31, cabendo à Fábrica Nacional de Motores — subsidiária da Alfa-Romeo, a entrega de 13 caminhões, modelo 189, também com caçamba.

REEQUIPAMENTO

O programa de reequipamento

do Departamento de Estradas de Rodagem, prevê a aquisição de 60 motoniveladoras "Huber Warco", modelo 135, 10 pás-carregadeiras "Michigan" de rodas com pneus, modelo 75, série III.

Relativamente aos caminhões, o plano preconiza um total de 113 unidades, todas de fabricação nacional. Desses, já foram adquiridos

e entregues 20 caminhões de marca FNM — Alfa-Romeo, com caçambas de 6 metros cúbicos, modelo 190.

O programa de reequipamento, sendo mais amplo, prevê ainda a aquisição de 12 tratores, com lâmina angular, cujo processo se encontra atualmente em fase de julgamento, no órgão rodoviário estadual.

GLEBA SILVA JARDIM



Emílio diz: "Durante os quatro anos que estive na Força Expedicionária Brasileira, não tive uma repreensão sequer. Hoje estou preso em minha casa!"



O processo de colheita é arcaico, porque os colonos não têm financiamento bancário, a despeito de terem escrituras definitivas, devidamente registradas.

JOSÉ OLIVO KAEFER (DEPOIMENTO)

José Olivo Kafer, nasceu no município de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul. Veio para o Paraná, no ano de 1965, com uma mudança de um conhecido seu, com a finalidade de pesquisar uma região onde pudesse comprar um pedaço de terra que fosse devidamente legalizada, pois, aqui no Paraná, ele sabia, existia muitas terras "enroladas". Encontrou o que mais ou menos imaginava, próximo a esse seu vizinho, nas imediações de São José do Iguaçu, dentro da Gleba Silva Jardim, José Olivo comprou uma colônia,

isto é, 5 alqueires paulistas dentro dessa gleba (latifundiários?) e passou a colonizá-la com os seus 35 anos de labuta na lavoura. Feliz com a alta qualidade de sua terra, Olivo se sentia o homem mais feliz do mundo, chegando até a aconselhar seus conterrâneos a comprarem também terras naquela região. "O clima aqui é bom, e meus filhos como as crianças se desenvolvem de maneira muito boa", afirma este cidadão que no tempo em que comprou "esta granja, nada se ouvia no sentido de que a Gleba Silva Jar-

dim fosse área do "Parque" ou que estivesse na iminência de ser adicionada a ele". Em 1968, surgiu o primeiro boato de que nós tínhamos que sair desta área porque pertencia ao Parque Nacional. Procurei o prefeito de São Miguel do Iguaçu e, três dias depois, realizou-se aqui uma reunião, ocasião em que foi dito por um deputado que esta área não pertencia ao Parque Nacional e que jamais iria pertencer-lhe. Então tudo voltou ao normal". Continua José Olivo: "Em 1971, o INCRA apareceu dizendo que seríamos desapropriados mas que não nos preocupássemos porque o Instituto iria dar, em troca das terras, outras terras no Projeto Integrado de Colonização e Reforma Agrária "Ocoi". Se as terras desse projeto fossem as mais fracas, nós receberíamos mais terras a título de compensação e ainda afirmaram que receberíamos também a escritura definitiva a troca. Perguntei ao funcionário do INCRA se ele queria saber quanto foi pago pela terra, ao que ele respondeu que o valor da "terra nova" não era com o INCRA e sim com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que a área estava destinada ao Parque Nacional e não para colonização do INCRA".

DESTINADA A REFORMA AGRÁRIA

A realidade porém, de tudo isso, é que a desapropriação está sendo procedida em nome do INCRA e para o INCRA, para fins de REFORMA AGRÁRIA. E a terra que foi prometida aos colonos em troca das desapropriadas, são parcelas do Projeto Integrado de Colo-

nização "Ocoi" do INCRA e, todos os que vão por aquele "projeto" viverão em regime de "parceleiro". E suas antigas terras, serão pagas através de título de dívida pública, como se fossem latifundiários; s. lientese, a bem da verdade que, mesmo assim, os colonos terão que pagar aquelas terras. Há quatro anos, todos os moradores da Gleba Silva Jardim, numa área de mais de 12 mil hectares estão vivendo nesta angústia. E a indenização não corresponde a um terço do valor da terra que o INCRA está desapropriando. O que fazer? O caminho único seria que a Justiça Federal, procedesse uma SINDICANCIA para a apuração da verdade única: A INJUSTIÇA QUE ESTÁ SE COMETENDO AOS COLONOS DA ANTIGA GLEBA SILVA JARDIM!



Os moradores da Gleba Silva Jardim, falam muito pouco o português, dado o isolamento em que vivem. Nada entendem de desapropriação, mas entregam suas terras ao INCRA. Eles só querem que lhes paguem o justo valor por elas.



Este homem possui 4 alqueires de terra. Não quer ir para o Projeto Integrado "Ocoi" como parceleiro. Também não se opõe à desapropriação. Quer receber o que sua terra vale para tentar a vida em outro lugar, a despeito dos seus quase 50 anos de idade.

DEPOIMENTO DE CLAUDINO OLBERMANN

Claudino Olbermann, é outro das pradeiras da antiga cidade de Santa Rosa, atualmente Candia, que se acha radicado na Gleba Silva Jardim, localiza nos limites do Parque Nacional do Iguaçu. Possuidor de 10 hectares de terra, mais ou menos 4 alqueires paulistas, dentro de uma parte dessa pequena área, Claudino diversificou uma respeitável lavoura. Conseguiu ainda formar uma criação de porcos de raça, realmente elogiável. Durante os primeiros anos, conta Claudino que não teve o menor problema com o que quer que fosse. Em 1971 começou a surgir boatos de



Não sabem porque estão sendo desapropriados.



As casas estão caindo. E seus proprietários não podem fazer nada porque é proibido.



Estão vivendo em clima de tensão. Esperam que o governo, através de uma sindicância venha lhes devolver a esperança.

que não era permitido a ninguém derrubar mata, cortar madeira, mesmo as já derrubadas. E nem construir casa, ou consertar as existentes. "De repente a gente viu-se presa nos próprios domínios. Para viver, estou fazendo minhas lavouras precariamente, até que venham resolver se nos desapropriam ou não. Assim, é que não podemos ficar mais muito tempo, em caso contrário nossas casas cairão sobre nossas famílias". Claudino também é de opinião que a Justiça Federal faça uma SINDICANCIA, a fim de constatar o que vem ocorrendo dentro daquela gleba, pois, como ele diz, "a vinda da Justiça Fed-

ral aqui em nossas terras, serviria para que o governo constatasse a maneira pela qual o INCRA pretende nos tirar da área. Queremos receber o justo. Jamais pensamos em fazer qualquer espécie de oposição ao governo ou a quem quer que venha em seu nome; apenas queremos que nos dê pelo que é nosso, o valor real. E então procuraremos outro lugar, bem longe do Parque Nacional do Iguaçu, para ter em nossa velhice que já está chegando, a calma e o sossego que todos os que passam uma vida inteira lutando em trabalho árduo, pensam em possuir".

MADEIREIRA SÃO TOMÉ LTDA.

Ao transcurso do centésimo quinquagésimo segundo aniversário da Proclamação da Independência do Brasil festivamente comemorada nesta data a MADEIREIRA SÃO TOMÉ LTDA. e CERAMÂMICA ITACORÁ LTDA. sentem-se honradas em se dirigir às autoridades e ao povo brasileiro para transmitir sua calorosa saudação ao mesmo tempo em que manifesta sua confiança no progresso e na grandeza do Brasil que caminha a passos largos para a sua completa Independência Econômica.

Curitiba, 7 de setembro de 1974.

HELIO JOSÉ NORO

O trabalho de muitos homens está construindo um país gigante. Nesta data — 7 de setembro — 152 anos de nossa Independência, não podíamos deixar passar em branco. Usamos do ensejo para transmitir nosso cumprimento aos homens que hoje constroem. Nosso preito de saudades aos que ontem iniciaram, e a nossa esperança nos homens de amanhã que continuarão nosso trabalho em prol da Independência econômica, cultural e tecnológica.

Curitiba, 7 de setembro de 1974.

-PLÍNIO ROBERTO HENDGES-

Plínio Roberto Hendges, natural de Cerro Largo, município que integra o Estado do Rio Grande do Sul, é também um dos moradores da Gleba Silva Jardim, nas imediações do povoado de Santo Alberto. Ali Plínio possui sua pequena granja e como os outros, vai ter que sair, pois, a área foi desapropriada pelo INCRA (e não pelo Parque Nacional). De acordo com o Processo de desapropriação, esses colonos foram desapropriados, para fins de REFORMA AGRÁRIA, isto é, jamais para o adiçãoamento daquela área

ao Parque Nacional do Iguaçu, como vem apregoando o próprio INCRA. O motivo que leva esse instituto a faltar com a verdade para com aqueles que estão na área é ignorado, a despeito de estar o processo na Justiça Federal, dizendo que a desapropriação está sendo levada à efeito para fins de reforma agrária, como se disse acima. Plínio, com a simplicidade peculiar do colono, conta que quando foi visitado pelo funcionário do INCRA, perguntou se de fato iam ser desapropriados. O funcionário respondeu que iam, e

Plínio então disse "Isto aqui vai custar muito dinheiro para o governo. Porque não viram que estas terras pertenciam ao Parque Nacional, quando estávamos ainda fazendo a escritura definitiva de nossas propriedades? Ao que respondeu tal funcionário — Conta Plínio — isso vai custar tanto ao governo, quanto custa uma "galinhada" para você dar ao seu vizinho, hoje. Dinheiro não é problema" afirmou o representante do INCRA. Então disse Plínio que da maneira como estão agindo, realmente vai custar muito pouco essa desapropriação. A dívida das terras vai ser paga através de título da dívida pública como se fossem latifundiários e não pequenos proprietários como são, e o levantamento das benfeitorias é o que há de mais infiel, e ainda não estão considerando o preço, dado pelos seus proprietários, alegando que o que permanece é o preço dado pela "Comissão". Plínio ainda conta que um vizinho seu, estando no Projeto Ocoi, seu coordenador, engenheiro Luiz Fernando Teigão, solicitou-lhe, assinasse a "indenização" ao que respondeu o cidadão que teriam que sair do "Parque" de qualquer maneira, e então o coordenador disse que lá não, era "Parque" o que fez tal cidadão ficar perplexo, pois, há mais de 3 anos vem ouvindo do INCRA que tinham "invadido o Parque Nacional".

Outro fato que Plínio "acha engraçado" é o de que outro vizinho seu (tem o nome), por ocasião de um internamento no hospital, encontrou-se com uma senhora que lhe perguntou onde morava. Tendo ele dito que morava em Santo Alberto, esta senhora disse que era em Santo Alberto que iam morar porque iam ser desapropriados do Alvorada do Iguaçu, pela Usina Itaipu. Enfatiza Plínio que quem disse à essa senhora que ela e sua família iam morar em Santo Alberto (área desapropriada) foram altas autoridades do Estado. Em que pese a desnecessidade da emissão do verdadeiro motivo da desapropriação, seria importante não que a Justiça Federal fizesse uma sindicância na área desapropriada, pois, nenhum dos colonos se nega a entregar as terras, mas todos querem receber o que lhe é justo e isto, não está acontecendo, uma vez que o levantamento efetuado pelo INCRA não corresponde com a realidade, segundo Plínio Roberto Hendges.

REUNIAO COM AUTORIDADES

Relata Plínio Roberto que no dia 3 de junho de 1971, esteve em reunião com as altas autoridades, dentre elas o então Prefeito Municipal Antônio Carlos Toledo e alguns vereadores, além dos colonos, os quais foram informados por essas autoridades que estavam proibidos de derrubar mato, etc, motivo porque aquela área ia ser integrada ao Parque Nacional, e a causa desse adiçãoamento era devida ao Tratado Internacional da preservação da fauna e que os colonos que moravam ao lado do Parque estavam caçando do lado da Argentina. Por isso e por insistência da própria Argentina,

jam ser desapropriados. Plínio não é um homem de cultura elevada, mas diante dos motivos alegados, não viu motivo de desapropriação, todavia concorda em ser desapropriado desde que seja ressarcido. Em ca-

so contrário é de opinião que a Justiça Federal poderia fazer uma sindicância na área, e então seriam constatadas as injustiças de que estão sendo vítimas. "Não somos latifundiários, o que não justifica que

as nossas terras sejam pagas através de títulos da dívida pública. Estamos usando nossas terras condignamente, sem nenhum outro uso indevido, o que não justifica a nossa desapropriação".

OTTO HENDT (DEPOIMENTO)

Com 54 anos de idade, Otto Hendt comprou uma área de terras, na antiga Gleba Silva Jardim. Escreveu a e procedeu o seu registro junto ao Cartório de Registros de Imóveis, em Foz do Iguaçu. Afirma Otto que quando resolveu adquirir essas terras, que foram lhe oferecer lá no Rio Grande do Sul, (ainda morava naquele Estado) procurou se informar da sua idoneidade, já que sabia que no Paraná, era muito grande o número de terras "embrulhadas". Comprovando a legalidade do que lhe ofereciam, Otto realizou o negócio e, tempos depois, transferiu residência com sua família para suas terras. Hoje, com quase 60 anos de idade, Otto se vê ameaçado de despejo pelo INCRA porque segundo aquela autarquia, a área vai ser integrada ao Parque Nacional. E quando relata o que está lhe acontecendo nos dias atuais, lembra o que passou para colonizar aquelas terras entregues à mata virgem, sem estradas nem povoados nas imediações. Otto sente vontade de chorar. "Querem que eu entregue esta granja, já colonizada, com a metade cultivada, e compre outras terras no Projeto Ocoi, totalmente bruta, eu que estou com quase 60 anos de idade.

COMO COMEÇOU

Em meados de 1971, em reunião com as autoridades da Comissão de Foz do Iguaçu, os colonos foram proibidos de derrubar mato em suas terras, porque estas pertenciam ao Parque Nacional do Iguaçu. Alguns

dos colonos tentaram fazer valer seus documentos de propriedade, mas não foram ouvidos, pois se tratava da segurança do país: A Argentina insistia que esses colonos fossem retirados da área porque muitos estavam desimando a fauna, através da caça em seu território. Diante disso era inevitável que fosse desapropriados. Os colonos concordaram, pois iam ser compensados em suas perdas. Um ano depois o INCRA deu início ao trabalho de desapropriação na área, iniciando por avaliar as propriedades. Vários levantamentos foram efetuados. Os mesmos levantamentos feitos da primeira vez, foram repetidos. O resultado desse levantamento, jamais foi comunicado aos colonos. De repente, receberam comunicado que o dinheiro das in-

denizações já se achava depositado à disposição de quem quisesse consumir a entrega de sua propriedade. Então surgiu o impasse: a avaliação não corresponde, de forma alguma com um terço do valor dos imóveis. Ressalte-se que o dinheiro depositado é destinado ao pagamento das benfeitorias de cada granja e não da terra em si, pois as terras vão ser pagas com títulos da dívida pública, como se os colonos fossem latifundiários! E a desapropriação está sendo levada a efeito como se os colonos estivessem fazendo uso indevido das terras (artigo 161 da Constituição Federal).

PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA

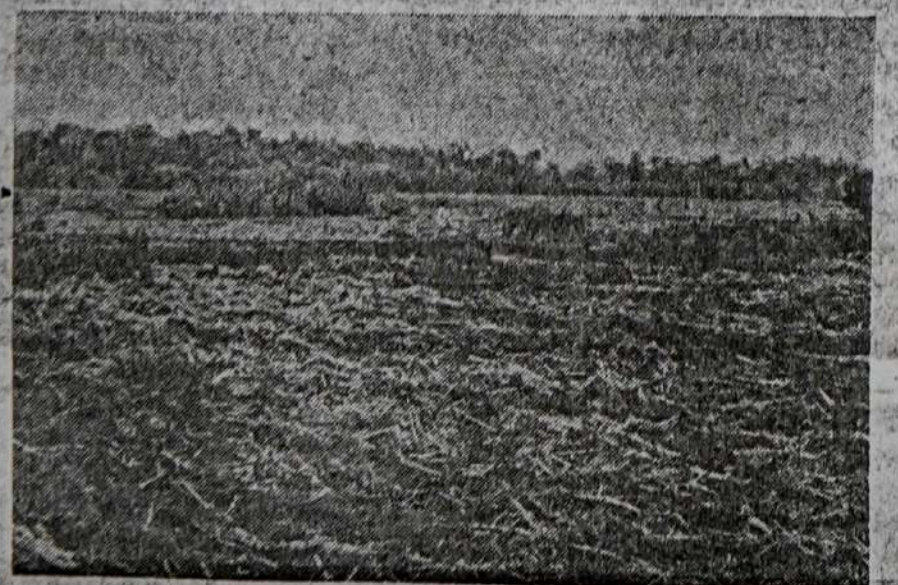
De acordo com o Processo de Desapropriação que corre pela Justiça



Em muito pouco tempo, São José e Santo Alberto desaparecerão. E mais de 500 famílias estarão frustradas, pois viram a "enchurrada levar o que possuíam", e fofome palavras dos próprios funcionários do INCRA.



Pastos formados lhes foram prometidos em troca dos existentes, pelas autoridades, se fossem para o "Ocoi". Os que foram nada receberam e ainda tiveram que comprar as terras e seguir o esquema do "projeto".



As nossas terras são as melhores do Paraná. Então, o que se plantar. Por que querem nos tirar daqui?



Os chiqueiros apodreceram. Há 4 anos esperam que o INCRA resolva satisfatoriamente, o problema que ele mesmo criou.



Com o dinheiro que podiam dar de entrada na compra de um trator, compram carros populares, que fazer se os bancos lhes fecharam as portas?

Federal, a desapropriação da Gleba Silva Jardim é para fins de Reforma Agrária e jamais por questão de tratados internacionais, como vem apregoando o INCRA. Negar a verdade, por que? O INCRA devia saber que essa verdade mais cedo ou mais tarde apareceria. Conseguir algo, não importando o meio pelo qual se conseguiu, não é próprio de uma Autarquia Federal!

Agora, diante de tantas inverdades, seja na justificativa para a desapropriação, seja na infidelidade das avaliações, solução seria que a Justiça Federal procedesse uma sindicância na área desapropriada antes que prejuízos irreparáveis sejam cometidos contra os colonos da Gleba Silva Jardim.

7 de Setembro, data de centésimo quinquagésimo segundo aniversário de Nossa Independência, as autoridades e o povo brasileiro sentem-se honrados em comemorar este tão significativo acontecimento.

FARMÁCIA SÃO LUCAS

CLACI JAX GARCIA

Sauda as autoridades e o povo brasileiro pelo transcurso do centésimo quinquagésimo segundo aniversário da Independência Brasileira.

Salve 7 de Setembro de 1974.

GOVERNO QUER SUPER PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O Ministro da Agricultura, sr. Alison Paulinelli, disse ao instalar o I Encontro Nacional da Agricultura que o Presidente Geisel irá de Estado em Estado, conclamando os produtores a se engajarem no processo de desenvolvimento agrícola para colocar o país em posição satisfatória no mercado internacional.

Ao se reunir com os secretários de Agricultura dos estados da região, leste, oeste e centro do país, o ministro Paulinelli alertou-os para que se preparem para produzir mais grãos, oleaginosas e proteicos, pois a seca no hemisfério norte abriu para o Brasil excelentes oportunidades de exportar.

Falando sobre preços mínimos, disse que sua elevação atingiu índices bastante altos, aumentando a um preço médio real da ordem de 51,8 por cento, o que cobre totalmente a correção dos custos do valor de produção.

PRODUTOS

— É verdade porém que alguns produtos da lista tiveram preços mínimos melhores dado o interesse do governo em criar para eles melhores condições de produção, tanto para mercado interno, quanto para mercado externo.

Salientou que o Ministério da Agricultura está muito interessado em que o Brasil aproveite a oportunidade que se lhe abriu em função da safra prejudicada no hemisfério norte.

— Se a posição do preço mínimo brasileiro teve que variar muito e deixou, até junho-julho um teto pequeno entre a margem de garantia e a margem da comercialização prevista, a seca nos Estados Unidos provocou agora um desarranjo tremendo no mercado internacional e abriu ao Brasil uma ótima oportunidade para produzir grãos e se lançar mais agressivamente no mercado internacional e na conquista de novos mercados.

— Hoje, o governo brasileiro, está preocupado constantemente por países consumidores que querem fazer compras não por um ano, mas querem firmar contratos a longo prazo, para garantir-se da importação de produtos especialmente proteicos de origem vegetal, e produtos alimentícios com caráter energético, como milho, mandioca e outros.

DIFICULDADES

Segundo o ministro, "nós estamos atravessando atualmente a seguinte

situação: vamos ter ainda este ano e possivelmente no ano que vem um pouco de dificuldade na comercialização de fibras, como o algodão e alguns óleos, como o de mamona. Mesmo com o café, ainda estamos tendo dificuldades, mas sabemos que isto é passageiro e que talvez enfrentaremos essas dificuldades por mais um período que não será muito longo. Mas, por outro lado, sabemos que no mercado externo são ótimas as oportunidades para a soja, o milho, o sorgo, o amendoim, o girassol e en-

fim todas as culturas cuja demanda internacional não será mais suprida pelo mercado norte-americano.

Revelou que o Ministério da Agricultura fez alguns estudos a partir da frustração da safra americana e que o próprio governo norte-americano já publicou a previsão, em 12 de agosto, confirmando agora que a sua safra será muito reduzida em relação à do ano passado, assim, confessou uma queda de 11,7% na produção do milho, que representa exa-

tamente uma queda de produção de 17 milhões de toneladas, ou seja, toda a produção brasileira de 1974. Confessou também uma queda de 16,8% na soja, que dá uma redução da ordem de praticamente sete milhões de toneladas e que, por coincidência, representa toda a produção brasileira de soja este ano.

Segundo ele, nos Estados Unidos, houve também uma queda na produção de algodão em torno de 5%, mas toda a produção de algodão

mundial obteve grande elevação, podendo-se estimar que os excedentes de safras, que em 1972-1973 eram de 18 milhões de fardos, este ano deverão atingir a 23,8 milhões, o que é muito alto.

Por isto, prevemos dificuldades e já estamos estudando fazer um estoque de algodão nas mãos do próprio governo, retirando assim uma carga excessiva de mais de 100 mil toneladas ainda não comercializadas e que possibilitará ao governo com-

prar pelo menor 50 mil toneladas.

Todos os estudos feitos não só a nível de assessoria no Brasil, mas a nível de empresa que acompanham os preços, prevêem que, quer os Estados Unidos, mantenham seu compromisso de exportação, quer reduzam a exportação como estão propondo aos países importadores, a soja deverá ser comercializada a preços superiores a 300 dólares. Há estudos lá mesmo — revelou — que prevêem que a soja deverá chegar a 400 dólares, dentro de três meses.

TRIBUNAL DO TRABALHO: EMÍLIO FALOU COM GEISEL E FALCÃO

Um dos mais importantes assuntos tratados pelo Governador Emílio Gomes, em Brasília, foi a criação do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A questão foi debatida junto ao próprio Presidente da República e ao Ministro da Justiça, estando o projeto atualmente com a Casa Civil, que o enviará em breve ao Congresso Nacional.

Emílio vem se empenhando pessoalmente na luta pelo Tribunal paranaense, desde que assumiu o cargo, em agosto do ano passado. Logo em seguida, fazia sua primeira viagem a Brasília, para tratar do assunto, na mesma semana em que se realizava a escolha de Ernesto Geisel como candidato da Arena à Presidência da República.

ETAPAS

Desde então, o TRT passou por etapas consideradas bastante difíceis como o parecer favorável do Tribunal Superior do Trabalho em fins do ano passado. Nas audiências, esta semana, com o Presidente Ernesto Geisel e com o Ministro Armando Falcão, o Governador Emílio Gomes tornou a alinhar as razões de seu empenho pelo Tribunal paranaense.

Referiu-se, assim, o chefe do Executivo do Estado à morosidade na solução da justiça trabalhista pois os recursos estão sujeitos à apreciação do Tribunal em São Paulo, o que contribui também para encarecer as decisões aos menos afortunados. O principal argumento de Emílio Gomes, ainda, é o de que o Paraná já tem volume de recursos suficientes para comportar seu próprio Tribunal.

Por outro lado, a existência do Tribunal do Paraná, possibilitará o

fortalecimento da advocacia trabalhista de segunda instância no Estado, além de criar novas oportunidades aos especialistas neste ramo de Direito.

JUNTAS

Emílio Gomes falou também do número reduzido de Juntas de Conciliação e Julgamento no Paraná. Ainda na semana passada, mais nove juntas foram instaladas pelo TRT de São Paulo na capital paulistana.

Este praxe tem se repetido ao longo dos últimos anos, sendo atendidos sempre preferencialmente os paulistas, em detrimento dos paranaenses e mato-grossenses, também integrantes do TRT de São Paulo.

Em consequência — argumentou o Governador — sobrecarregou-se a Justiça comum no Paraná, obrigada a apreciar também as reclamações trabalhistas. Um Tribunal nosso daria condições para implantação de

maior quantidade de Juntas de Conciliação e Julgamento, atenuando-se esta situação.

CRESCIMENTO

Emílio enfatizou também as novas perspectivas que se abrem no Paraná, com a implantação dos eixos industriais Curitiba-Ponta Grossa; Londrina-Maringá e Cascavel-Guaíra; a construção da Refinaria de Petróleo "Presidente Vargas", em Araucária e as obras da usina hidrelétrica

de Itaipu, que aumentarão substancialmente as relações trabalhistas no Estado e, em contrapartida, seus conflitos.

Do diálogo com o Presidente Ernesto Geisel e com o Ministro da Justiça, Armando Falcão, resultou a informação de que o TRT do Paraná está agora para estudos da Casa Civil e que muito em breve será encaminhado ao Congresso, para elaboração da lei de criação.

SENAI DIZ QUE VAI QUALIFICAR 10 MIL TRABALHADORES EM ITAIPU

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI — vai qualificar cerca de 10 mil trabalhadores, num período de cinco anos, para servir na construção da usina hidrelétrica de Itaipu. A revelação foi feita ontem ao secretário Ruben Valduga, do Trabalho e Assistência Social, pelo diretor

geral do SENAI, Emílio Gomes, durante encontro do qual participou também o diretor do Departamento do Trabalho, Fernando Rodrigues dos Santos.

A construção do Centro de Formação Profissional na Cidade Industrial de Curitiba, que visa dar atendimento às necessidades de instalações do SENAI e facilitar a qualificação de trabalhadores para as empresas que ali estão se

instalando, foi outro assunto longamente analisado.

BOAS PERSPECTIVAS

Segundo afirmações do secretário Ruben Valduga, as perspectivas para a melhoria das condições das classes trabalhadoras do Estado "são realmente boas, tudo

Emílio Gomes, preocupado com o problema da falta de mão-de-obra qualificada, instituiu o Programa de Preparação de Mão-de-Obra. O PPMOP — explicou — vai preparar o trabalhador desqualificado, oferecendo-lhes as condições mínimas necessárias para que ele possa enfrentar o desenvolvimento sócio-econômico do nosso Estado."

Disse também o titular da STAS que o principal objetivo deste plano "é a promoção do trabalhador paranaense, gabaritando-o para fazer face às exigências de mão-de-obra qualificada, que irão surgir quando se iniciar as obras não só da hidrelétrica de Itaipu, mas como de outros empreendimentos."

Muito dependerá do trabalhador preparado."

O sr. Ruben Valduga aventou, por outro lado, a possibilidade da Secretaria do Trabalho e o SENAI realizarem um trabalho integrado neste setor, com o que se mostrou bastante favorável o sr. Jerônimo Macedo. "Não podemos prescindir da união de esforços para promo-

ver o homem, principalmente no momento em que o governo busca melhorar as condições sociais do nosso povo" — observou o secretário.

BOLSA

Jerônimo, após discor-

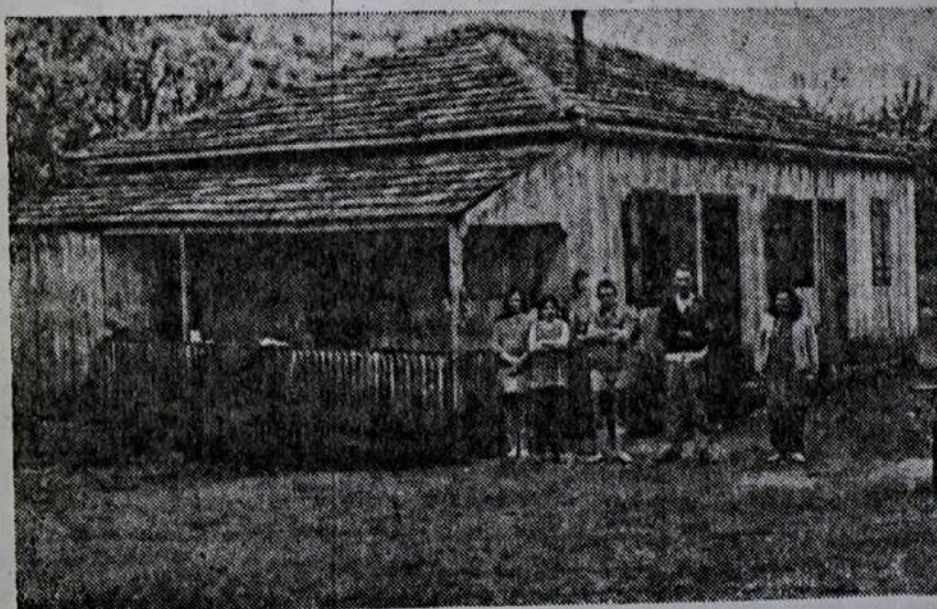
ria pelo sr. formou-

que aquele órgão está concedendo bolsas a pessoal de administração de empresas industriais que tenham mais de 500 empregados. As bolsas, em número bastante reduzido, permitirão a realização de um estágio de um a dois meses em empresas de países europeus ou nos Estados Unidos.

GLEBA SILVA JARDIM



Esta senhora (foto) é viúva. Possui 7 hectares de terra, e está com 58 anos de idade. Ela pode ir para o Projeto "Ocoi"? Se não receber suas terras em dinheiro, que fará?



Para onde irão? a reforma agrária vai colocar novamente essa gente na estrada.

UNIÃO INVESTIRÁ 1 BILHÃO EM RODOFERROVIAS NO PR EM 1975

Cerca de um bilhão de cruzeiros serão investidos pelo Governo Federal em obras rodoferrviárias no Paraná, no próximo ano. A informação foi prestada domingo, em Ponta Grossa, pelo Governador Emílio Gomes, em pronunciamento alusivo ao 151º aniversário daquela cidade e referindo-se aos contactos que manteve na semana passada em Brasília, inclusive com o Presidente Geisel.

Emílio Gomes disse que estes recursos já estão inscritos no orçamento da União para

1975, que se encontra sob apreciação do Congresso Nacional. Do total a ser aplicado, 160 milhões correspondem à devolução ao Paraná, pelas autoridades federais, de dinheiro investido pelo Estado na construção da Estrada de Ferro Central. Trata-se, portanto, da maior prova de que o Governo da República vem reconhecendo o esforço da administração Emílio Gomes no desimpedimento de uma obra que se arrastava há mais de 20 anos.

INDUSTRIALIZAÇÃO
Ainda em seu discurso, feito

na Câmara Municipal, o chefe do Executivo afirmou que "meu Governo está vivamente empenhado na industrialização do Paraná, sem sacrifício, é claro, de sua pujante agricultura, sem a qual não podemos compreender um desenvolvimento econômico realmente equilibrado. Embora governando o Estado por período curto, pudemos restabelecer o clima de tranquilidade política e o ritmo de normalidade administrativa, necessários ao trabalho fecundo do povo paranaense".

"Essas eram condições indispensáveis — prosseguiu Emílio — para que se pudesse pensar num programa de ação, que hoje segue seu curso, identificado com as forças que impulsionam a economia estadual. Os esforços do Governo sempre contaram com o apoio e a compreensão dos paranaenses. E entre eles, estão meus amigos e conterrâneos de Ponta Grossa, dos quais tenho recebido confortador estímulo, agora renovado com esta generosa homenagem de sua Câmara de Vereadores, para a qual não tenho palavras que expressem toda a minha emoção".

SOLEINIDADES

Os atos oficiais comemorativos do 151º aniversário de Ponta Grossa começaram quando o Governador Emílio Gomes chegou à cidade, domingo, retornando da Colônia Carambei, onde entregou a ligação asfáltica até a PR-11. O chefe do Executivo estadual passou em revista a tropa da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, assistindo ao desfile.

Durante o almoço, falou o prefeito Luiz Gonzaga, lembrando a importância da data para seu município e destacando a presença do Governador Emílio Gomes, "homem imbuído de notável clareza administrativa, que vem colocando a própria comunidade de ponta-grossense, beneficiada com múltiplas realizações, como a definição dos eixos industriais".

ORÇAMENTO

O Governador Emílio Gomes falou de sua viagem a Brasília e a audiência com o Presidente Geisel. Segundo ele, o orçamento de 1975 consigna 361 milhões de cruzeiros para o Paraná, através de recursos totais do Tesouro e mais 337 milhões de órgãos indiretos, para o atendimento a obras nos setores rodoviários e ferroviários.

É particularmente significativa a devolução de 160 milhões de cruzeiros ao Paraná, por conta dos investimentos feitos na Estrada de Ferro Central. Ainda recentemente, esteve visitando a obra em detalhes o próprio Ministro dos Transportes, general Dirceu Nogueira. Agora, a inclusão da verba no orçamento da União demonstra que a observação do Ministro concluiu pela prova de efetivo esforço do Estado nos trabalhos da ferrovia.

CANET INICIA EXAME DE PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS



SR. JAYME CANET

Encerrada praticamente a fase de contactos políticos para preparação dos esquemas arenistas e o diálogo com os prefeitos do interior, de análise dos problemas municipais, começa o futuro governador Jayme Canet Jr. a se debruçar sobre os problemas de ordem administrativa.

Analisando com o governador Emílio Gomes e componentes da atual estrutura governamental, a reforma administrativa que está sendo elaborada, o atual vice-governador aproveita os intervalos desse trabalho para receber em seu gabinete, pessoas e entidades que aguardavam a oportunidade de um contato.

ESTUDANTES E ESCOLAS DA COMUNIDADE

Dentre as reuniões programadas para ontem, o sr. Jayme Canet recebeu os diretores da UPES e UMESCO, que com ele discutiram sobre as necessidades de sua entidade. Conversou ainda demoradamente com os representantes da

CNEC, no Paraná, analisando as possibilidades de maior entrosamento entre Governo do Estado, municipalidades e aquela entidade que atua na faixa de implantação e funcionamento de escolas da comunidade. Assegurou o futuro governador à CNEC, o empenho no sentido de um apoio recíproco, pois, para Canet, "em todas as áreas e principalmente na educação, não pode haver compartimentos estanques, de vez que os problemas com que se defronta um Estado em desenvolvimento como o nosso, não podem ser resolvidos sem a dispersão de esforços e recursos". Acreditou o sr. Jayme Canet ser necessário "despertar cada vez mais o espírito comunitário para a solução dos problemas comuns".

PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO

Durante quatro horas da tarde de ontem o vice-governador e candidato arenista ao governo, dialogou inicialmente com o secretário do Planejamento, Belmiro Valverde e após com o secretário de Educação em exercício, Ernesto Knauer.

PROFESSOR SUGERE UM MINISTÉRIO FLORESTAL

Titular de Política Florestal na Universidade Federal do Paraná e agora convidado para ministrar aulas de pós-graduação na Universidade de São Paulo, o professor Newton Carneiro sugeriu que seja criado o Ministério de Florestas. Pede também que os Estados incentivem a implantação de administração de florestas. Esses dois organismos comandariam a racionalização das atividades relacionadas com a flora de todas as regiões do País.

Newton Carneiro considerou "inoporuna" a crítica que se faz contra o plantio de espécies exóticas, sobretudo dos "pinus" e dos "eucaliptus", sob a alegação de que empobrecem a terra e afastam a fauna. Fez uma análise das circunstâncias que envolvem o reflorestamento, sugerindo medidas para equacionar os problemas.

CIRCUNSTÂNCIAS

Disse o professor Newton Carneiro que "iria ou involuntariamente, as circunstâncias conspiram contra o patrimônio florestal brasileiro. Em primeiro lugar é o próprio governo que lhe reduz o percentual dos incentivos fiscais, em benefício de outros setores". Para ele, esse comprometimento é sobretudo "extemporâneo porque vem coincidir com a redução das rendas e dos lucros, previstos em função do recesso econômico que o mundo está enfrentando".

Em seguida destacou "o aumento do consumo da lenha, em consequência da alta dos outros combustíveis" e previu

uma possível escassez. "Além disso, acrescenta, grandes áreas florestais são sacrificadas para aumento da superfície agrícola e elas ocorrem em regiões afastadas onde a madeira se perde pela inviabilidade do transporte.

REFLORESTAMENTO

A opção normal dada pelo titular de Política Florestal foi pela ampliação das atividades do reflorestamento. Isso "não só como reação defensiva, mas também por necessidade social, como asseguradora de empregos, sobretudo bem-vindos em época de crise.

"É tão importante quanto o seu aspecto econômico é a ação equilibrada que a floresta exerce no meio natural. Crescendo a poluição aumenta a necessidade de mais árvores e constitui verdadeiro paradoxo uma diminuição da atividade silvicultural".

"Também me parece inoportuna a crítica que se faz contra o plantio de espécies exóticas, sobretudo dos pinus e eucaliptus, alegando-se que empobrecem a terra e afastam a fauna. É útil repetir-se que o objetivo do florestamento artificial é econômico, para produção de matéria prima industrial visando rentabilidade normal. Mas ele traz, completamente, outros benefícios valiosos: protege o solo, aumenta a oxigenação, embeleza as paisagens, retém o pó, aumenta os locais de recreação, retém as águas".

FUNÇÃO ECOLÓGICA

"Mas esses plantios homogêneos" diz Newton Carneiro,

"sejam de espécies exóticas ou nativas, não substituem a floresta natural que, só ela, exerce plena função ecológica. Daí a conveniência de permanecer tão estática quanto possível, propiciando baixo ou nenhum rendimento financeiro. Para preservá-la é indispensável que a administração florestal cresça em eficiência e poder, sem o que não faz face às suas crescentes responsabilidades, tanto na dinamização dos plantios para fins de produção quanto na esfera conservacionista".

E continua: "O ideal seria a criação de um Ministério de Florestas, solução adotada por grande número de países. Essa cúpula administrativa fomentaria a estruturação de administração florestais estaduais às quais iria delegando suas atribuições. Melhor solução, sem dúvida, do que a de sociedade mista que forçaria o seu desdobramento pois as tarefas conservacionistas são necessariamente do governo. Também é oportuno que o Paraná crie a sua administração de florestas, a exemplo do que fizeram São Paulo e Minas Gerais; e o momento é favorável, pois se tem noticiado que estão em estudo reformas administrativas. Nesse sentido o governo tomara posição de vanguarda se retornasse o projeto enviado pelo então Governador Ney Braga à Assembleia Legislativa, em novembro de 1964, propondo a criação da Secretaria de Florestas e do Fundo de Defesa Florestal", concluiu o professor da UFP.

GEISEL VEM AO PARANÁ PARA LANÇAR CAMPANHA DE AUMENTO DA PRODUÇÃO

O Presidente da República, general Ernesto Geisel, poderá estar no Paraná, no próximo dia 23, para lançar uma campanha nacional de aumento da produção agrícola brasileira, com a presença dos Secretários de Agricultura dos 22 Estados e mais os Ministros da área econômica. O convite foi feito pelo Governador Emílio Gomes, em Brasília, ao chefe da Nação, em audiência de aproximadamente uma hora. Geisel deverá, também, inaugurar o sistema de ônibus expresso de Curitiba.

A escolha do Paraná para tão importante programa foi procedida em virtude dos excepcionais resultados agrícolas conseguidos em todos os setores. O Ministério da Agricultura sensibilizou-se, ainda, pelas imediatas respostas dadas pelos paranaenses durante a administração Emílio Gomes, aos apelos de âmbito nacional, como a campanha para aumento da produção de trigo.

CRESCIMENTO

Durante a audiência do Governador do Paraná com o Presidente da República, foram abordados os nú-

meros referentes às safras paranaenses, destacando-se o café, com mais de 9 milhões de sacas, colheita suficiente para assegurar a hegemonia do Estado no campo da cafeicultura.

Emílio Gomes referiu-se também em sua conversa com o Presidente Geisel sobre o fato de que o Paraná colabora com 17 a 20% da produção de produção do país, exportando anualmente um bilhão de dólares, o que corresponde a 25% do PIB do Estado. Ao mesmo tempo, assegurou ao Presidente que o Paraná continua pronto a responder a qualquer apelo do Governo Federal para o incremento da produção agrícola, a fim de minorar os problemas decorrentes da balança comercial.

CAMPANHA

O Governador falou igualmente da campanha do trigo, que possibilitará ao Estado passar de 420 mil toneladas no ano passado, para mais de 700 mil na presente safra, contribuindo de modo decisivo para atenuar os efeitos causados pela insuficiência nacional no setor.

Por tudo isto, o Presidente Ernesto Geisel durante sua visita ao Estado, deverá prestigiar pessoalmente o lançamento da campanha, que já vinha sendo planejada pelo Ministério da Agricultura. O próprio Secretário de Agricultura do Paraná, José Cassiano, manteve diversos encontros com o Ministro Alysso Paulinelli, para entabolar a programação.

EM CURITIBA

Na Capital paranaense, por outro lado, o Presidente da República, deverá inaugurar o sistema de ônibus expressos, um revolucionário meio de transporte urbano que está sendo implantado pelo prefeito Jaime Lerner.

POLO PETROQUÍMICO

Em seu diálogo com o Presidente da República, Emílio Gomes enfatizou a necessidade de criação do polo petroquímico do Paraná, de vital importância para a produção de fertilizantes destinados ao incremento da agricultura.

Tão logo retornou a Curitiba, o Governador Emílio Gomes enviou à Brasília um projeto do roteiro a ser seguido pelo Presidente da República no Paraná, para ser submetido à sua apreciação. Esta será a segunda viagem de Geisel a nosso Estado, pois aqui já esteve em meados de maio, para a assinatura das atas de Itaipu.

CAFÉ

As autoridades federais estão plenamente convencidas que somente o crescimento agrícola pode contribuir de forma essencial para cobrir as necessidades de importação do país, agravadas com a crise mundial. E, nos contactos já mantidos pelo Ministério da Agricultura com a Secretaria da Agricultura do Paraná, ficou patenteado que o Governo espera muito de nosso Estado, além de depositar sua confiança nos paranaenses, pelos êxitos já alcançados.

Uma das campanhas desenvolvidas pelo Governo Emílio Gomes e que teve pleno êxito, por exemplo, foi a do combate à ferrugem do cafee-

iro. Os estoques de fungicida adquiridos pelo Paraná possibilitaram a regularização do mercado de preços, aviltado por altas artificiais. Em consequência, o produto é hoje oferecido aos cafeicultores paranaenses a cerca de 10 cruzeiros menos do que em outros Estados.

Desde aquela época (outubro de 1974), Paraná encontrou a máxima receptividade na campanha junto às autoridades federais, que liberaram inclusive os horários oficiais de publicidades as principais estações de rádio e televisão. Em consequência, calcula-se que mais da metade da cafeicultura vem combatendo a ferrugem, totalizando cerca de 500 milhões de pés.

TRIGO

Outra promoção do Governo Emílio Gomes foi a da Campanha da triticultura. Pouco depois de assumir, o Ministro Alysso Paulinelli empenhou-se pessoalmente em maratona pelos Estados do Sul, conclamando a todos para produzir trigo e tornar um dia o Brasil auto-suficiente neste campo.

Uma semana depois, o Governador Emílio Gomes acionava todos os órgãos do Estado, ia para Campo Mourão, em uma das maiores regiões produtoras do Paraná e apelava para o atendimento do objetivo nacional proposto. A resposta dos triticultores foi imediata, pois, de 420 mil toneladas, passaremos para mais de 700.

Os resultados foram bastante pressivos também na área do café, pois, de apenas 4 milhões de sacas, devemos agora suplantá-las 2 milhões. Um índice de crescimento superior a 100%. No setor da soja, alcançamos 2.500.000 toneladas, consagrando o Estado como o segundo produtor do país.

O diálogo de Geisel com Emílio, durou aproximadamente uma hora, manifestando o Presidente da República sua satisfação pelos resultados alcançados pelo Paraná, que já eram do conhecimento do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura.